UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS
CAMPUS JORGE AMADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

MARIANNE GOIS BARBOSA

O CORPO EM NÓS: IDENTIDADES DISSIDENTES E SUAS FLUÊNCIAS ANARCOCRIATIVAS EM EDUCAÇÃO.

ITABUNA
2019

MARIANNE GOIS BARBOSA

O CORPO EM NÓS: IDENTIDADES DISSIDENTES E SUAS FLUÊNCIAS ANARCOCRIATIVAS EM EDUCAÇÃO.

Dissertação em forma de Relato de Experiência e Produto Educacional, apresentado como requisito obrigatório para obtenção do Título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais, sob Orientação do Prof. Dr. Rafael Siqueira de Guimarães e coorientação da Profª Andrea Liliana Ortiz Gonzalez.

Área de Concentração: **Ensino e relações étnico-raciais nas perspectivas pós e decoloniais**

ITABUNA

2019

Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

B228c Barbosa, Marianne Gois, 1988-

O corpo em nós : identidades dissidentes e suas fluências anarcocriativas em educação / Marianne Gois Barbosa. – Itabuna: UFSB, 2019. -
78f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Jorge Amado, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais, 2019.
Orientador: Rafael Siqueira de Guimarães

1. Identidade de gênero na educação - Bahia. 2. Adolescentes. 3. Educação - Mulheres. I. Título.

CDD – 370.82

Elaborada por Raquel da Silva Santos – CRB-5ª Região/ 1922

MARIANNE GOIS BARBOSA

O CORPO EM NÓS: IDENTIDADES DISSIDENTES E SUAS FLUÊNCIAS ANARCOCRIATIVAS EM EDUCAÇÃO.

Dissertação em forma de Relato de Experiência e Produto Educacional, apresentado como requisito obrigatório para obtenção do Título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais, sob Orientação do Prof. Dr. Rafael Siqueira de Guimarães e coorientação da Profª Andrea Liliana Ortiz Gonzalez.

Ilhéus, 25 de julho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Siqueira de Guimarães
PPGER/UFSB

Profª. Dra. Daniela Galdino Nascimento
PPGER/UFSB/UNEB

Profª. Dra. Ana Cristina Peixoto
PPGER/UFSB

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao universo pelos encontros, amores, sabores e dissabores, pelas fluências, pelas possibilidades de re-construção e de re-inventar, pelas pessoas todas que colaboraram com este produto desde o projeto e pelas pessoas que se propõem a con-viver comigo.

Hey, você! ME ESCUTA!
To sofrendo por ser PUTA
Você por ser PRETO
E meu amigo VIADO!
Desqualificados por esse sistema
que nos condena por ser quem a
gente é desde que a gente nasce,
bota fé?!
Tratam a gente igual mané:
Pro patrão pede migalha com educação,
pro irmão não precisa moleza não!
Pregam desunião e a gente igual otário, cai no conto do vigário,
que vinga até hoje.
No jornal, na novela, nas ondas
que saem dela e chegam até a nossa escola.
Com aquele papo de amigo, nos enrola e diz que nossas ideias não podem:
nossa escola é Sem Partido!
Sem História,
Sociologia,
Educação Física,
e Artística!
VEJA
Que ousadia!
Mas eu to cansada de aguentar calada essa agonia.
Trouxe aqui uma poesia pra ver se arranco vocês dessa MA RE SIA.
É PRETO, eu PUTA, to chamando os VIADO!
Pra entender que a gente tem um lado:
O do povo!
E que junto a gente até constrói um mundo novo!
Mas é preciso respeito e compreensão!
Entender de verdade que não pode questionar minha orientação, meus costumes e minha sexualidade!
Que tomar no cú interessa a quem escolheu!
Exaltar seu crespo, o meu, nosso nariz, nossa cor
Entender que a gente junto,
de cabeça erguida e consciente pode até causar terror
E construir pros nossos aquele mundo de amor que essa porra de sistema sempre nos negou!
Então vem PRETO, vem chamar as PUTA e os VIADO comigo!
Vamo se armar e correr perigo de verdade!
A gente começa tomando a comunidade
E segue junto construindo um novo mundo, que eu chamo LIBERDADE!

Má Reputação (Karen Oliveira)

Criação

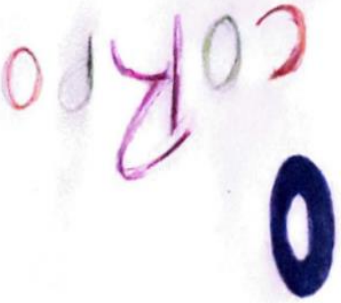
Criança

Criatura

Crítica

Crise

Crime



CRÉDITOS

Material didático desenvolvido no Programa de Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER/UFSB

Idealizado por: Marianne Gois Barbosa (orientanda) e Rafael Siqueira de Guimarães (orientador).

Ilustração: Marianne Gois Barbosa

Itabuna
2019

RESUMO

O corpo em nós: identidades dissidentes e suas fluências anarcocriativas em educação.

O desmonte do atual contexto político do país exige reflexões e medidas drásticas como estratégia de resistência das e para as pessoas que estão na luta por uma educação democrática fazendo frente ao Estado epistemicida/genocida. Este trabalho, de caráter analítico-reflexivo, através da pesquisa-intervenção-ação, objetiva potencializar os espaços variados da comunidade. Para tanto, observou-se o que os mesmos podem ofertar no âmbito da educação, sobretudo, para os corpos e as identidades dissidentes, uma vez que, o espaço formal de educação tem precarizado e subalternizado essas existências. Trata-se do acesso à educação para mulheres adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional, mulheres com identidades étnicas, de gênero, orientação sexual e corpas marginalizadas. A estratégia é articular as vivências potentes destas mulheres com as vivências de artistas e intelectuais da região sul da Bahia, com certa prática no ativismo interseccional para que nós mesmas tenhamos os nossos próprios espaços, currículos e práxis educacionais de acordo com os modos de pensar, desejar e viver plurais que somos. Ao propormos de|s|colonizar a metodologia, acreditamos que a diversidade presente no processo é responsável por potencializar as produções em arte e educação. Chamo esta prática metodológica de anarcocriação por privilegiar as narrativas periféricas, por dialogar minimamente com as instituições detentoras do poder hegemônico e principalmente por priorizar os nossos desejos através de diálogos democráticos e por utilizar as plataformas digitais como aliadas para alcançar outras pessoas.

Palavras-chave: Identidades Dissidentes; Educação Anarcocriativa; Interseccionalidade

ABSTRACT

The body in us: dissident identities and their anarcho-creative fluencies in education.

The dismantling of the current political context of the country demands drastic reflections and measures as a strategy of resistance to and for the people who are striving for a democratic education facing the epistemic / genocidal State.This analytic-reflexive work, through research-intervention-action, aims to potentialize the varied spaces of the community. In order to do so, it was observed that they can contribute in education, especially for dissident bodies and identities, since the formal educational space has subordinated and made these existences precarious. These include access to education for adolescent women living in institutional care, women with marginalized ethnic identities, gender, sexual orientation and bodies. The strategy is to articulate the potent experiences of these women with the experiences of artists and intellectuals from the southern region of Bahia, with a certain practice in intersectional activism so that we ourselves have our own educational spaces, curricula and praxis according to our modes of thinking, desire and plural
living that we are. When we propose to decolonize the methodology, we believe that the diversity present in the process is responsible for enhancing the productions in art and education. I call this methodological practice of anarcho-creationby privileging the peripheral narratives, by dialoguing minimally with the institutions that hold the hegemonic power and mainly to prioritize our desires through democratic dialogues and to use digital platforms as allies to reach other people.

Keywords: Dissident Identities; Anarcho-creative Education; Iintersectionality

Carta às pessoas das re-existências e dos amores

Escrevo esta carta em Ilhéus, na Bahia, madrugada do dia 25/03/2019, que é quando o silêncio traz as ideias para me acompanhar. Escrevo para as professoras e professores do PPGER-UFSB campus Jorge Amado, pessoas que estão na luta por uma educação democrática fazendo frente a um Estado epistemicida que defende o desmantelo das universidades públicas assim como pretende tirar dos currículos e de materiais didáticos temáticas de gênero, sexualidade, raça e etnia, direitos humanos, ativismos, que para nós, deste programa, são muito caras. Escrevo para as pessoas que procuram por exemplos de metodologias de pesquisa-intervenção-ação contrárias ao cistema patriarcal genocida e escrevo para as pessoas que comigo, em atos de transgressão, se propuseram a descobrir juntas como desenvolver este projeto e também a criar o produto educacional.

O presente material pedagógico é resultante da pesquisa-intervenção vinculada ao Mestrado Profissional/Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER. Ele tem o caráter analítico-reflexivo acerca das potencialidades que os espaços variados da comunidade podem ofertar no âmbito da educação, sobretudo, para os corpos e as identidades dissidentes, uma vez que, o espaço formal de educação tem precarizado e subalternizado essas existências.

Se as instituições públicas de educação têm sido palco para opressões de gênero, raça, classe, sexualidade e fomentado cada vez mais o capacitismo na sociedade, representadas por pessoas que tenham o mínimo de sensibilidade quanto aos direitos humanos, precisam repensar esses espaços. Por outro lado, ao decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, pude perceber o quanto resistir contra as forças hegemônicas operando no mesmo sentido em que elas operam é desgastante. Ao tentar dialogar com as pessoas que ocupam as posições de poder no CIStema educacional, deparei-me com as barreiras institucionais e subjetivas que são coniventes com a validação das opressões diluídas nos mais diversos tipos de violência a ponto de percebermos a necessidade de mudar a estratégia.

Foi então que demos início ao “projeto terrorista”. Trata-se do acesso à educação para mulheres adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional, mulheres com identidades étnicas, de gênero, orientação sexual e corpas marginalizadas. A estratégia é articular as vivências potentes destas

mulheres com as vivências de artistas e intelectuais da região, com certa prática no ativismo interseccional para que nós mesmas tenhamos os nossos próprios espaços, currículos e práxis educacionais de acordo com os modos de pensar, desejar e viver plurais que somos.

Ao propormos de|s|colonizar a metodologia, acreditamos que a diversidade presente no processo é responsável por potencializar as nossas produções em arte e educação. Chamo esta prática metodológica de anarcocriação por privilegiar as narrativas periféricas, por dialogar minimamente com as instituições detentoras do poder hegemônico e principalmente por priorizar os nossos desejos através de diálogos democráticos. Sendo assim, o que está presente neste material pedagógico não é uma análise descritiva e minuciosa de todas as ações para que sejam reproduzidas, mas sim, caminhos para a (des)construção de uma epistemologia que exalta o que Paulo Freire chama de educação libertadora.

O produto educacional que desenvolvemos é uma Websérie a ser disponibilizado nas plataformas digitais composta por cinco episódios com temáticas convergentes, a fim de tomar o espaço virtual como um aliado para a nossa anarcocriação, e assim proliferar os conteúdos, as corpas e as identidades dissidentes.

Marianne Gois Barbosa

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBTQIA+ - Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Travesti, Queer, Intersexo, Assexual e outras possibilidades de expressão de gênero e orientação sexual.

PPGER – Programa de Pós Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais

UNEB – Universidade Estadual da Bahia

1 INTRODUÇÃO 14

2 ENQUANTO O FUTURO NÃO VEM: NARRATIVAS EM TORNO DAS INSTITUCIONALIZAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES 18

3 D|S|ECOLONIZAR A PRÁXIS: UMA EDUCAÇÃO DE NÓS PARA NÓS 26

4 REFLEXÕES TEÓRICAS: POR POLÍTICAS DO AFETO 29

5 OBJETIVOS 37

Geral 37

Específicos 37

6 PERCUSOS METODOLÓGICOS: PROCESSOS DE CRIAÇÃO EM ARTE E EDUCAÇÃO 38

Ações e desenvolvimento 42

Das estratégias anacopedagógicas 43

Do produto educacional: As Minas em Debate 53

Nossos 'bucles': avaliando e encerrando ciclos 55

REFERÊNCIAS 58

ANEXO I – PESSOAS ARTISTAS E INTELECTUAIS COLABORADORAS 60

ANEXO II – ROTEIROS DOS EPISÓDIOS DA WEBSÉRIE "AS MINAS EM DEBATE" 65

ANEXO III – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS VIVÊNCIAS 73

1. INTRODUÇÃO

A produção desta pesquisa iniciou muito antes do ingresso no Curso de Pós-Graduação. Há vários caminhos pelos quais trilhei que me conduziram a pesquisar/refletir acerca do que me proponho nesta dissertação. Os temas que tratam das dissidências suscitam questionamentos em mim desde muito tempo. Ainda criança, sem possuir domínio teórico ou conceitual mínimos, causava-me desconforto observar como as diferenças incidiam sobre as vidas das pessoas, fosse observando piadas proferidas por familiares e colegas de escola, fosse através das minhas relações com minhas avós materna e paterna.

Naquele contexto, muitas coisas me inquietavam e me despertavam para o confronto verbal com pessoas próximas, ao que a mim era imposto o silêncio, pois numa sociedade patriarcal na qual a concepção de respeito para as crianças é verticalizada e baseada no que as pessoas adultas determinam, crianças não devem questionar pessoas mais velhas. A raiz do patriarcado é obturada na concepção de que as mulheres são propriedade do homem. A noção de propriedade contida no patriarcado é arraigada as noções de dominação, exploração e soberania, todas estas tendo como cerne a domesticação das mulheres, que com efeitos de mobilidade, reflete em outras formas de dominação, como nos animais, campos, mão de obra escravizada e sobre demais meios de produção.

A antropóloga Rita Segato (2012) debruça-se sobre os estudos descoloniais e observa a relação que se estabelece entre a “colonialidade e o patriarcado com suas derivações”. A autora chama a atenção para o fato de que o patriarcado é uma estrutura hierárquica entre gêneros que não deve confundir-se com suas representações nem com a mobilidade de seus efeitos.

> Apesar de ser a colonialidade uma matriz que organiza hierarquicamente o mundo de forma estável, esta matriz tem uma forma interna: existe, por exemplo, não só uma história que instala a episteme da colonialidade do poder e da raça como classificadores, mas também uma história da raça dentro dessa episteme; existe também uma história das relações de gênero dentro do cristal do patriarcado. (SEGATO, 2012, p. 113)

A dissertação, que possui como título “O corpo em nós: identidades dissidentes e suas fluências anarcocriativas em educação”, é constituída por duas

partes. O primeiro capítulo é um relato de experiência através do qual desenho os contornos que me encaminham a desenvolver o projeto de intervenção junto a adolescentes mulheres que vivem em situação de acolhimento institucional, sob medida protetiva, no município de Ilhéus, região sul da Bahia. Nesta parte da escrita é possível apreciar as considerações particulares do meu curso de vida e visão de mundo, sobretudo na experiência da pesquisa-intervenção-ação desenvolvida atreladas a minha formação profissional em psicologia e aos processos de educação formal e não formal aos quais as pessoas são submetidas. O texto correlaciona essas experiências às teorias que fundamentam os estudos sobre os processos de opressão, silenciamentos e mortes de corpos e identidades desviantes do padrão hegemônico.

Nos capítulos seguintes apresento a sistematização do Produto Educacional que culminou desta pesquisa. Na fase em que ainda era um projeto de intervenção cambaleou por estruturas fluídas com a finalidade de (des)construir modos pedagógicos que inferem nas cosmogonias e epistemologias das pessoas que efetivaram o produto educacional de forma colaborativa. A proposta pedagógica, tendo como estratégia de|s|colonial, a partir da anarcocriação em educação possibilita compreensões importantes sobre as questões sociais que nos são impostas e principalmente acerca das nossas produções locais que comumente são lidas como abjetas pela hegemonia, e, muitas vezes, essa visão da hegemonia é reproduzida entre os pares.

A adolescência é um período de transição no qual as pessoas que vivenciam esta fase encontram-se no entrelugar. As exigências por responsabilidades que outrora não apareciam emergem com avidez ao mesmo tempo em que existe muito controle sobre os desejos, corpos e identidades por parte das instituições familiares e demais. Na adolescência os círculos sociais se expandem e certa autonomia vigiada é permitida. Foi nesta conjuntura que eu me desatentei para o que antes me incomodava muito. No intuito de criar laços, de ocupar espaços que os meus pares ocupavam e tendo eu uma socialização pautada no conservadorismo, fui uma adolescente que seguiu o fluxo dos grupos de adolescentes que estudaram em escola tradicional do município, escola administrada por freiras e que tinha o cristianismo como estrutura. Experimentei o silêncio proposto anteriormente quando situações de opressões me incomodavam porque naquele momento eu o desejava,

afinal já flertava com as normatividades.

Ao cursar psicologia na modalidade de bacharelado tive a oportunidade de discutir e apreender muitas questões referentes ao âmbito educacional e ao social, o que para mim tornava-se um orgulho, sendo uma das primeiras da família a ingressar no ensino superior. O curso possuía preocupação em instrumentalizar os discentes, visto que grande parte da ementa preocupava-se com técnicas e conceituações. As leituras e os debates realizados durante as disciplinas auxiliavam na superação do senso-comum, todavia era o manejo das professoras que proporcionava reflexões e entendimento sobre os diversos processos da vida.

Iniciei a atuação profissional na área de formação acadêmica tão logo percebi que me forjaria enquanto psicóloga dia após dia, na lida com as pessoas e suas subjetividades. O contato com as adolescentes que moram na instituição de acolhimento na qual eu compus a equipe técnica me despertou para o que eu vinha construindo acerca de concepções e relações de poderes no mundo. Perceber que aquele espaço que deveria proteger as adolescentes reproduz de maneira desenfreada violências foi crucial para o meu entendimento de que eu precisava continuar estudando e que os aparatos técnicos que foi ensinado eram ineficientes. Leituras contribuíam pouco na prática daquele espaço, pois os escritos em psicologia, em sua maioria, dão ênfase a autores homens, brancos, europeus ocidentais ou estadunidenses, correspondendo aos epistemicídios que invizibilizam os corpos subalternizados da periferia do mundo. Uma alternativa possível era debruçar-me a pesquisa, a esta pesquisa.

O estudo teve como objetivo principal reconhecer as potencialidades criativas em espaços não formais de educação como estratégia pedagógica que se propõe de|s|colonizadora, a fim de possibilitar autonomia para as pessoas envolvidas no projeto quanto aos seus processos de ensino-aprendizagem. E, como objetivos específicos: 1. experimentar uma metodologia de criação a partir das vivências periféricas de pessoas dissidentes considerando seus desejos; 2. potencializar as produções em arte e educação desde o lugar marginalizado priorizando práticas colaborativas; 3. promover discussões sobre etnia, raça, classe, gênero, sexualidade com vistas a garantir a implicação das pessoas no que versa as temáticas; 4. compreender as fluências de criação a partir do encontro como processo de construção do conhecimento e linguagem artística que em seu fazer trans-relaciona

pluralidades culturais e diversidade étnico-racial, social, de gênero, orientação sexual, grupos etários, entre outros, trabalhando a alteridade nas experiências; 5. vivenciar processos criativos que emergem de questões próprias da cultura e outros níveis de relação com o mundo, compreendendo a produção em arte e educação como a organização de um discurso sociopolítico; 6. oferecer vivências de experimentação em artes; e 7. desenvolver uma websérie a ser disponibilizada em plataformas digitais com episódios que discorram sobre os temas emergidos nas vivências de experimentação em artes e nas discussões.

As discussões levantadas nos textos que seguem são pertinentes a compreensão de pedagogias e relações de ensino-aprendizagem pautadas na autonomia das pessoas estudantes, pesquisadoras e viventes. Portanto, promover práticas de educação que preconizem as pluralidades subjetivas desde seus lugares no mundo, considerando os afetos como política eficiente, é fundamental para a construção de sociedades mais solidárias entre si.

2. ENQUANTO O FUTURO NÃO VEM: NARRATIVAS EM TORNO DAS INSTITUCIONALIZAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES

A concepção ocidentalizada do feminismo, que tem como referência e marco histórico as reivindicações das mulheres brancas no século XIX, alude acerca das possíveis configurações de família e o quanto a condição das mulheres dentro dessa estrutura fundamentavam opressões sobre elas. Estas primeiras organizações que alegavam além do direito ao voto, “reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões, estavam sem dúvida, ligados ao interesse da mulher branca de classe média (...)” (LOURO, 2014, p. 19).

Não obstante, outros movimentos de mulheres com suas pluralidades e especificidades existem e reivindicam direitos outros há muito tempo. Considerando em suas queixas que as opressões direcionadas às mulheres TRANS, negras, lésbicas e com outros distanciamentos do que as normas preconizam, incidem com mais violências sobre elas. Por muito tempo considerava-se na amplitude teórica e de maior visibilidade ao que se trata sobre narrativas de gênero uma epistemologia pautada no binarismo de gênero e na branquitude, uma vez que as mulheres cisgêneras, brancas e classe média detém maior facilidade em ocupar espaços políticos de poder. A escritora chichana Glória Anzádua escreve para as mulheres do terceiro mundo:

> Minhas queridas *hermanas*, os perigos que enfrentamos como mulheres de cor não são os mesmos das mulheres brancas, embora tenhamos muito em comum. Não temos muito a perder — nunca tivemos nenhum privilégio. Gostaria de chamar os perigos de “obstáculos”, mas isto seria uma mentira. Não podemos *transcender* os perigos, não podemos ultrapassá-los. Nós devemos atravessá-los e não esperar a repetição da performance. (ANZALDÚA, 2000, p. 229)

Sou filha de mãe branca e pai afroindígena. Cresci ouvindo a minha família materna orgulhando-se da ascendência européia, segundo elas e eles, temos parentescos espanhóis e portugueses e esse dado é suficiente para legitimar o prestígio que circula no imaginário dos Machado de Goes/Góes/Gois[1]. Fui criada na

[1] O meu avô materno tinha o sobrenome Goes, ao registrar os filhos e as filhas havia variação na escrita do sobrenome para Góes ou Gois. Ele dizia que a cada filho que nascia era uma cachaça de alegria e a cada filha que nascia era uma cachaça de tristeza. O que implica que toda vez que meu

casa de minha avó materna por minha mãe com ajuda/intervenção da família em todos os aspectos da minha educação.

Minha avó Eurides, mãe do meu pai, era uma mulher com características fenotípicas indígenas. Mesmo eu conhecendo meu pai, apenas, nas férias entre a terceira e a quarta série do ensino fundamental (todas as memórias que tenho da infância e adolescência relaciono ao período escolar, daí faço o cálculo da idade), tive contato com minha avó paterna desde pequena. Ela morava num município próximo a Ilhéus, Almadina, o mesmo município em que os Machado de Goes/Góes/Gois moraram quando da relação entre minha mãe e meu pais e do meu nascimento.

As mulheres têm sido vistas, assim como observou Simone de Beauvoir (1980), como o segundo sexo, numa concepção binária corroborada pelo imaginário de que homens possuiriam certa superioridade e contribuindo para a exclusão de mulheres como sujeitos titulares de direitos inerentes à pessoa humana, reduzindo-as a uma categoria inferior e delegando as à vida privada, ao transformar as relações de gênero em mecanismos de poder e de submissão.

O que sei sobre meu pai e sua família é pouco, tão pouco que me refiro assim, sem pronome possessivo na primeira pessoa. Existe um hiato muito próximo a mim sobre a família do meu pai e isso é herança; parece com a herança que o avô de Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo (2003), deixou pra ela. Eu herdei o não dito, o vazio sobre quem são essas pessoas e suas histórias. Meu pai é um homem que não sabe quem é o seu pai, me contavam as pessoas da minha família materna. Nas férias dos meses de junho, quando eu ia para Almadina, visitava minha avó Eurides e toda vez ela olhava pra mim e perguntava “Onde será que está o vagabundo do seu pai que nunca mais me deu notícia?”, continuava “Olha pra isso! Você tem o mesmo narigão do seu pai”. Mas do meu pai mesmo eu só tinha o que as pessoas me diziam, recortes de algumas vivências, duas fotos dele comigo recém-nascida no colo e algumas cartas que ele enviou para mim e para minha mãe da época que chegou em Manaus, mas que vovó Terezinha me mostrava escondido de mainha, pois essas ela conseguiu guardar antes que mainha rasgasse.

A família é um dos principais grupos sociais ao qual pertencemos, sendo uma

avó registrava filhos e filhas encontrava-se ébrio e sem condições de verificar a certidão de nascimento. Atualmente, filhas, filhos, netas, netos, bisnetas e bisnetos possuem sobrenomes diferentes.

instituição enodada as estruturas de poder. Ao desenvolver o conceito de poder disciplinar, Foucault (1984) referiu-se sistematicamente ao conjunto de instituições que intervêm na trajetória dos sujeitos, transformando-os de modo que se tornem úteis ao processo de produção da riqueza material, referindo-se a uma inscrição dos sujeitos num processo de apropriação e controle de suas capacidades produtivas. A autoridade dos homens na família é imposta institucionalmente, ou seja, há o reconhecimento do poder dos homens sobre mulheres e filhos, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura.

Cabe discorrer que esta concepção de família patriarcal se consolidou pelo globo terrestre com a dominação territorial da Europa ocidental na modernidade concomitantemente por meio de “quatro genocídios/epistemicídios” (GROSFÓGUEL, 2016) [2]. As epistemologias davam conta de fomentar de forma sofisticada e hierarquizada os apagamentos e subalternização dos corpos. A despeito desta questão, trago como exemplo a psicanálise de Freud e Lacan que muito contribuiu para que as pessoas abjetas pudessem ser violentas. Não nego suas contribuições positivas e reconheço o lugar da psicanálise em minha formação, todavia não passo pano para macho escroto.

O complexo de Édipo, segundo Lacan, tem uma função essencial de normatização: “O pai intervém em diversos planos. Antes de tudo, interdita a mãe. Esse é o fundamento, o princípio do complexo de Édipo, é aí que o pai se liga à lei primordial da proibição do incesto. É o pai que fica encarregado de representar essa proibição” (LACAN, 1957, p.174). Ora! Estamos frente a uma narrativa que, levando em consideração os conceitos psicanalíticos sobre imaginário e simbólico, a partir de homens, cisgêneros, brancos ocidentais, como são Freud e Lacan, é que se constrói discursividades em torno das relações binárias de gênero que relegam a mulher um lugar inferior ao do homem. A linguagem é fluida e se movimenta de acordo com as demandas culturais e sociais. Se Freud observa essa configuração de família, Lacan da conta de pensar o papel do homem em configurações de família nas quais os homens nem existem. Em seus desdobramentos teóricos, Lacan elevará o pai à categoria de uma função. O pai que opera no Édipo como lei, desde Freud, não se

[2] Em “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI” Rámon Grosfóguel analisa como a modernidade ocidental e o eurocentrismo se deram a partir da colonização territorial e de saberes em quatro lugares específios inicialmente.

confunde com o pai biológico. Temos então, em Lacan, o pai como uma função, lugar a ser referenciado pela mãe, aquele a quem a mãe faz referência em seu discurso. A essa função do pai ele acrescenta o termo metáfora paterna: “De que se trata na metáfora paterna? Há, propriamente, no que foi constituído por uma simbolização primordial entre a criança e a mãe, a colocação substitutiva do pai como símbolo, ou significante, no lugar da mãe” (LACAN, 1957-1958, p. 186).

As narrativas epistemológicas citadas acima junto a outras com enunciados parecidos, onde as mulheres estão aquém dos homens, universalizaram as formas de existir. O homem branco europeu cristão cisheterossexual preocupou-se em colocar num lugar subalternizado as demais formas de vida, incluindo aqui os modelos de civilização pautados no matriarcado. Veja que quando Lacan coloca o pai num lugar de função simbólica a partir dos discursos das mães ele busca inferir que mesmo em sociedades em que o pai não possui função e é a mãe quem faz a função de limitar, proibir, estipular regras, para Lacan essas mulheres estão fazendo a função paterna, pois, ainda para ele, quem detém a Lei é o pai, o homem. Impressiona-me em como houve um esforço em subjugar as mulheres em todas as suas potencialidades expressivas por todo o globo terrestre.

Ao relatar sobre minhas vivências familiares, expondo minhas angústias e teorizando as opressões que eu e as mulheres que me antecedem vivemos, trago pontuações que refletem o modelo normatizado pela colonização, desde os desejos de romper com essas estruturas até a angústia de não poder reproduzi-las em algum nível. Guacira Lopes Louro ao detalhar o processo histórico feminista observa o quanto a produção acadêmica de mulheres e o seus engajamentos políticos foram cruciais para que narrativas nos tornassem visíveis. Diante disto, ela afirma que “Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança.” (LOURO, 2014, p. 23). É necessário deixar fluir a potência criativa para produzir novas linguagens:

> Coloca-se aqui, no meu entender, uma das mais significativas marcas dos Estudos Feministas: seu caráter político. Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; de fontes

> iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. (LOPES, 2014, p.23)

Na casa de vovó Terezinha eu sempre fui vista como preta e desde muito nova observava as nuances do racismo velado das pessoas que “até tem amigos pretos” e onde a empregada doméstica “até almoça à mesa e nem espera todo mundo acabar de comer”, mas fui também a neta para a qual houve muita dedicação, muita expectativa de que no futuro eu pudesse contar uma história que orgulharia os homens e mulheres daquela família, já que nenhuma das seis filhas havia ganhado a colcha de crochê feita a mão pela própria noiva para o casamento de vovó e de vovô, e que o destino seria forrar a cama da primeira filha que se casasse na igreja.

Não acho que a escolha para que eu pudesse consertar essa parte da história da família Machado de Goes/Góes/Gois tenha sido pensada considerando algum critério que eu pudesse ter em vantagem com relação as minhas primas (me refiro a critérios pautados na cisheteronormatividade patriarcal eurocêntrica), acho que aqui eu fui escolhida e sustentei essa escolha a partir dos afetos que foram construídos, morei muito tempo na casa da minha avó participando do trânsito que acontecia ali, uns chegavam, passavam temporadas com seus filhos e iam embora, depois chegavam outros que mais tarde iam embora também, eu era quem ficava e fiquei quando chegou a hora de minha mãe ir embora, mesmo ela tendo me levado eu sempre esquecia algo para voltar.

Retomo a cisheteronormatividade, mencionada no parágrafo anterior, pois trata-se de um conceito que deve ser discutido. Em seu artigo “O CIS pelo TRANS”, a escritora travesti putafeminista, Amara Moira Rodovalho (2017), avalia etimologicamente, a partir do latim, que o prefixo “CIS” encontra-se em oposição ao prefixo “TRANS”. A palavra cisheteronormativo e suas derivações aqui empregadas referem-se ao que não encontra-se na norma hegemônica no que tange os padões de gênero e sexualidade. Recorro a Rodovalho:

> No que concerne ao debate das identidades de gênero, no entanto, “cis” surge apenas setenta anos após o termo que lhe faz oposição, “trans”, (...) Poucos são os registros sobreviventes de pessoas que, no passado remoto, reivindicaram uma existência outra que não a predita por seu genital. A verdade é que, numa sociedade profundamente cissexista, numa sociedade tão cissexista que sequer conseguisse enxergar o próprio cissexismo (de tão naturalizada que estava essa lei, de tão apagada que estava a sua origem, a sua razão) não haveria a menor possibilidade de pensarmos a

> existência material, concreta de pessoas trans. (RODOVALHO, 2017, p. 365 e 366)

Aqui, exatamente neste ponto do texto, reivindico minha “consciência mestiza” (ANZALDÚA, 2005), o que será fundamental para a compreensão do processo que segue adiante:

> Contudo, não é suficiente se posicionar na margem oposta do rio, gritando perguntas, desafiando convenções patriarcais, brancas. Um ponto de vista contrário nos prende em um duelo entre opressor e oprimido; fechados/as em um combate mortal, como polícia e bandido, ambos são reduzidos a um denominador comum de violência. O “contraposicionamento” refuta os pontos de vista e as crenças da cultura dominante e, por isso, é orgulhosamente desafiador. Toda reação é limitada por, e subordinada à, aquilo contra o qual se está reagindo. Porque o “contraposicionamento” brota de um problema com autoridade – tanto externa como interna – representa um passo em direção à liberação da dominação cultural. Entretanto, não é um meio de vida. A uma determinada altura, no nosso caminho rumo a uma nova consciência, teremos que deixar a margem oposta, com o corte entre os dois combatentes mortais cicatrizado de alguma forma, a fim de que estejamos nas duas margens ao mesmo tempo e, ao mesmo tempo, enxergar tudo com olhos de serpente e de águia. Ou talvez decidamos nos desvencilhar da cultura dominante, apagá-la por completo, como uma causa perdida, e cruzar a fronteira em direção a um território novo e separado. Ou podemos trilhar uma outra rota. As possibilidades são inúmeras, uma vez tenhamos decidido agir, em vez de apenas reagir. (ANZALDÚA, 2005, p. 705 e 706)

Na casa de vovó Eurides eu não gostava de ir, preferia encontrar com ela na rua porque assim evitaria ir ao barraco de madeira que ela morava e que o cheiro tanto me incomodava. Quando não tinha jeito e lá eu tinha que ir passava rápido pelos dois cômodos e ia para o quintal brincar com as galinhas, as quais eu agradecia por terem feito bastante cocô, ajudando a camuflar o cheiro do qual eu não gostava, e arrancar cacau no pé. Lá eu era branca que “a cara não nega quem é o pai” e entre nós também havia muito afeto. Minha avó Eurides fazia uso diário de álcool e embriagava-se constantemente. Ela tinha vergonha quando eu a via bêbada e eu tinha pena. Ela me prometia que ia parar de beber e eu prometia que quando crescesse a traria para Ilhéus. Vovó Eurides trabalhou sua vida toda em roça de cacau. Tenho memórias da última vez que ela passou por mim, tão idosa, carregando lenha nas costas. Ela me dizia que nunca viria embora para Ilhéus, mas que quando eu formasse ou casasse estaria presente. Em agosto de 2010, faltando quatro meses para minha colação de grau em psicologia, minha avó faleceu. Na ocasião do seu velório reencontrei meu pai, após aquele encontro das férias entre a

terceira e quarta série que não foi efetivo para que criássemos algum vínculo.

O período que eu comecei a trabalhar na Casa Lar Feminina foi o mesmo período que comecei a romper com os sonhos compartilhados entre as mulheres da minha família e eu. A colcha de crochê que eu nunca usei para forrar a cama voltou a ser pauta quando me divorciei. Ali ainda não imaginava que eu estava rompendo não só com esse acordo simbólico, mas estava rompendo de forma mais incisiva com outras estruturas machistas. Nós mulheres não temos escolha quanto a isto e toda mulher trava lutas com o machismo institucionalizado cotidianamente, mesmo quando se trata de mulheres que estão totalmente alienadas a essa estrutura, mesmo sem que elas percebam. Nessa ocasião eu comecei a romper de forma mais consciente e estava mais determinada a lutar contra as consequências que esses rompimentos trariam para minha vida.

As adolescentes da instituição de acolhimento feminino que eu continuo chamando de Casa Lar aparecem na minha vida e me mostram o que é e como é agir contra o patriarcado desde muito novas. Integrar a equipe técnica que compunha esta instituição foi um grande desafio profissional, de certo que tão logo eu estava ali já pude perceber os equívocos e as violências institucionais presentes. A Casa Lar deveria ser para as adolescentes acolhidas um lugar de proteção que pudesse garantir a efetividade dos direitos delas enquanto mulheres, uma vez que na casa de suas famílias muitos desses direitos eram violados, mas já adianto que no próprio espaço forjado na legislação e que está diretamente submetido à rede protetiva do judiciário ocorria todo o tipo de violência.

O desafio para mim não se deu no fato de apontar de onde vinham as violências, mas sim de perceber que eu também ocupei este lugar. É preciso dizer que a instituição não são as paredes da casa, não são as leis e as normas técnicas que regulamentam as ações. A instituição eram os profissionais, a gestão, as pessoas da instância jurídica, os vizinhos do bairro classe média onde a casa se situa, era eu também, que de algum modo reproduzia formas de controle sobre as adolescentes.

Muitas novas descobertas aconteciam para mim, sobretudo acerca da minha sexualidade. Percebo-me, logo após o divórcio, bissexual. Estar numa relação com outra mulher, incide sobre meu corpo e minha identidade novas violências, algumas já conhecidas e outras com muita agressividade. Reflito que, por performar o que a sociedade hegemônica infere como feminilidade, eu não sofri violência física tendo

como justificativa infundada a minha sexualidade, assim como acontece com muitas mulheres lésbicas que não performam esse padrão ou mesmo com mulheres TRANS.

O encarceramento que as instituições contemporâneas, tais quais a família, a escola, as de acolhimento para pessoas em situação de vulnerabilidade, conferem as pessoas é subjetivo. Atualmente, os controles sobre as sexualidades, os desejos, os corpos, não se dão através do modelo prisional e rigoroso, pois com o advento das tecnologias, que ao mesmo tempo em que afastam, aproximam as pessoas, fragiliza essa estrutura disciplinar. A forma de exercício do poder neste novo contexto é mais velada, embora ainda seja tão efetiva quanto, ou mais, que no modelo disciplinar. Os papéis sociais tornaram-se menos restritivos: a flexibilização do indivíduo deve ser suficiente para que este transite entre vários contextos instituídos. Nas palavras de Foucault ganha evidência o exercício de um poder que convence mais do que coage ou reprime, na minha compreensão os modos de disciplina e de repressão é que estão se moldando:

> Pois se o poder só tivesse a função de reprimir se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a reconhecer – e também a nível do saber (FOUCAULT, 1984, p. 148).

No apogeu da exasperação do conservadorismo neoliberal que estamos vivendo é muito comum a proliferação dos discursos de ódio voltados às pessoas LGBTQIA+, contudo desde sempre sabia o quanto seria difícil para sair do armário para minha família, sobretudo para minha mãe. Esse ponto ainda é muito delicado e não elaborado para mim, como não pretendo resolver todas as minhas questões em um espaço de tempo curto e não pleiteio que com as minhas vivências eu compreenda sobre todas as mazelas que as pessoas dissidentes passam, escolho não aprofundar empiricamente neste aspecto. Por outro lado, estou atenta aos movimentos que tem se criado, tanto do lado dos conservadores quanto do lado das pessoas ativistas. Leandro Colling, pesquisador de gênero e sexualidades dissidentes, observa que:

> assistimos ao recrudescimento do conservadorismo e à proliferação dos discursos de ódio, veiculados inclusive em várias emissoras de rádio e televisão, que são concessões públicas (frisa-se), contra qualquer pessoa que não seja heterossexual, branca, monogâmica,

> cristã, “saudável”, produtiva e cisgênera (aquela que possui uma identidade de gênero tida como compatível e plenamente correta em relação à sua presumível genitália). E esses discursos de ódio se transformam em ações concretas de governos e também em projetos de lei que pretendem, por exemplo, proibir discussões sobre sexualidade e gênero nas escolas, definir que família só pode ser formada por um homem e uma mulher “de verdade”, seja lá o que isso for. (COLLING, 2017)

De todo modo, não negligencio que essas vivências de violência quanto a minha orientação sexual me aproximaram bastante do entendimento do quanto há o encarceramento das subjetividades das adolescentes que vivem na Casa Lar, também me vejo encarcerada. Seria confortável pautar os meus juízos apenas no conceito superficial com o qual as escolas de psicologia têm tratado a humanização. Desde os nossos lugares distintos na sociedade, desde as mais diversas formas de opressão e considerando interseccionalmente nossas diferenças, nós nos aproximamos. Reconheço meus privilégios e jogo com eles, hora refutando-os, hora usando-os para construir um futuro mais digno para pessoas que são tidas como inconformes. Vou fazendo o que eu posso, vivendo e deixando viver.

3. DE|S|COLONIZAR A PRÁXIS: UMA EDUCAÇÃO DE NÓS PARA NÓS

Os espaços de educação formal no Brasil seguem o modo de produção e obtenção de saberes da Europa Ocidental. Tal fato pode ser compreendido se analisarmos os processos históricos de colonização ao qual o país foi submetido, mas se considerarmos também que os diversos tipos de violências impostas às etnias indígenas, que aqui estavam, e aos negros que foram trazidos através da diáspora no período colonial. As reproduções dessas violências são reverberadas nas nossas práticas cotidianas até os dias atuais.

As discussões sobre a importância da inserção da cultura africana, afro-brasileira e indígena nos currículos escolares e universitários são legítimas e necessárias, bem como é importante refletirmos o quanto tardia e timidamente são inseridos temas como gênero e sexualidade nos espaços formais de educação. Entretanto, a forma de inserção também deve ser questionada com o cuidado de que não ocorra através de um processo colonializado e colonizador, assim como alertam as pesquisas de Ramón Grosfóguel (2016) acerca da decolonialidade.

> O local da cultura, Da diáspora e Atlântico negro foram traduzidos para o português e tiveram repercussão nas ciências sociais brasileiras. Em um contexto de globalização, cultura, identidade

> (classe/etnia/gênero), migração e diáspora apareceram como categorias fundamentais para observar as lógicas coloniais modernas, sendo os estudos pós-coloniais convergentes com os estudos culturais e multiculturais. (Ballestrin, 2013, p. 94)

Este trabalho tem a proposta de romper com as práxis acadêmicas verticalizadas que tomam sujeitas e sujeitos como objetos de pesquisa. A partir de uma pesquisa-intervenção descentrada, o nosso desejo, inicialmente da orientanda e do orientador, é construirmos de forma colaborativa o conhecimento através da troca de saberes/vivências entre pessoas que ocupam diferentes espaços na sociedade, a fim de potencializar as nossas cosmovisões.

Se o lócus acadêmico é fortemente marcado como um espaço político que detém poder e por tal motivo outorga poder a quem o ocupa e dele se apropria, tenho ao longo desses 18 meses, desde o meu ingresso neste programa, refletido em como ao invés de me apoderar deste privilégio, transmutá-lo. As narrativas, as práticas e as tecnologias acadêmicas na contemporaneidade voltaram seus olhares para o corpo, seja para controlá-lo, seja para modificá-lo ou mesmo para subalternizá-lo. A pesquisadora e ativista transfeminista viviane v, a partir de Donna Haraway que nossas discursividades estão situadas nas estruturas de poder, ela aponta que "torna-se necessária uma reflexão sobre as complexas posições que ocupamos, as posições de que somos removidas, as posições com as quais podemos sonhar dentro de cistemas." (VERGUEIRO, 2015, p. 29)

O viés que escolhemos para fundamentar a nossa prática adota como micropolítica um conjunto de ações contra-hegemônicas pautadas em reflexões teóricas de pessoas que pensam e são, em sua maioria, corpas dissidentes como as nossas. Suely Rolnik (2016), psicanalista brasileira e estudiosa da relação entre políticas e desejos, pondera que ainda que sejam importantes estratégias macropolíticas, no plano do Estado e fora desse, aponta para que as esquerdas cuidem das ações micropolíticas que são forças reativas do "inconsciente colonial-capitalístico[3], que comanda o sujeito moderno ocidental" (ROLNIK, 2016, p. 8) pelo qual passivamente nos capturamos. Mas o que nos interessa no sentido da micropolítica em nossas feituras é a que se desloca de um pensamento dominante,

[3] Rolnik remonta os conceitos percepto e afecto de Delleuze e Guattari enquanto emoções vitais que paradoxalmente formam e são formados pela subjetividade em fluxos com o mundo e suas culturas vigentes, e infere que as consequências dos desejos, por não serem neutras, influenciam nas formas de realidade, "são distintas formações do inconsciente" (Rolnik, 2016, p.13). É uma crítica à avassaladora política de desejo colonial-capitalística que chega acabando com tudo.

descrita assim:

> É na direção de tal deslocamento que se move um novo tipo de ativismo que vem se propagando mundo afora e que na sociedade brasileira tem acontecido principalmente nas periferias – em especial entre jovens, negros, LGBT e, dentre eles, ainda mais especialmente as meninas... Trata-se de uma nova maneira de decifrar a realidade, de situar os problemas e de atuar criticamente a partir deles: em suma, de uma nova concepção de política. (ROLNIK,2016, p. 8)

Portanto, ao lerem este produto educativo tenham ciência de que eu não cheguei e nem estou aqui sozinha, somos nós, mulheres indígenas, negras, mestiças, transgêneras, lésbicas, bissexuais, gordas, pobres, em situação de acolhimento institucional, mas somos também os homens gays, as pessoas brancas, cisgêneras e heteroafetivas que se forjam re-existindo ao neocoronelismo sul baiano quem estamos propondo questionar neste trabalho os modelos epistemológicos que de modo geral, no âmbito das próprias práticas investigativas– sejam científicas, filosóficas ou artísticas. As pessoas neocoronelistas, tendo em vista uma espécie de diversificação, ou, ainda, de sofisticação dos modos de fazer que lhes sejam peculiares têm reformulado o epistemicídio sobre as nossas produções dissidentes.
A intelectual indiana Gayatry Spivak (2010) nos direciona para dois pontos importantes: o primeiro é que o sujeito subalterno não é todo sujeito marginalizado, mas aquelas e aqueles cujas vozes não podem ser ouvidas, e o segundo é que o intelectual pós-colonial tem produzido estruturas epistemológicas de opressão e poder quando julga que pode falar pelas pessoas subalternas. Portanto, ainda que sejam interessantes as teorias pós-coloniais como a referência a Spivak, a base epistemológica que traremos aqui será a partir das perspectivas de|s|coloniais viabilizando o processo de construção conjunta.

As questões tratadas durante o processo de construção do e no produto educacional proposto sustenta-se na interseccionalidade como cosmovisão para construção crítica/reflexiva de sujeitxs dissidentes que conhecem as diversas faces que as opressões podem-lhes apresentar, buscando ao máximo epistemologias que se afastem do modelo universalizado, cisheteronormado, patriarcal e eurocêntrico. “Deste ponto de vista, a ciência - o jogo real, aquele que devemos jogar - é retórica, é a convicção de atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo" (HARAWAY,1995, p.10). É importante conhecermos, reconhecermos e praticarmos os modos de produzir ciência e arte, mas, sobretudo modos de re-existência que

mais se assemelham com nossa própria formação social-histórica-cultural.

Existe um grupo social representado por mulheres adolescentes que de alguma maneira tiveram seus direitos violados e por tal razão encontram-se, judicialmente, sob medida protetiva, acolhidas em dispositivo institucional específico para suportar essas demandas. O interesse em desenvolver o presente projeto teve início na experiência enquanto integrante da equipe técnica da Instituição de Acolhimento Feminina de Pequeno Porte do município de Ilhéus-Bahia onde atuei como psicóloga. Minha inquietação se deu no momento em que pude constatar que as práticas e os discursos direcionados a essas adolescentes pela maioria dos profissionais, tanto da própria instituição como dos demais serviços que compõem a rede de garantia de direitos, incluindo os do espaço de educação formal, são atravessados pelas formas mais variadas de violências como racismo, sexismo, misoginia, preconceito quanto à classe social e ainda mais pelo fato de viverem naquele espaço. Todas essas variáveis associadas, e ao mesmo tempo, constituintes das subjetividades interferem na produção de saberes e na construção das identidades dessas mulheres.

Numa realidade não distante das mulheres que moram onde escolho, através da política do afeto chamar de casa/lar, existem pessoas, artistas e intelectuais que vivem aqui na região sul baiana produzindo modos de vida, desde suas configurações também subalternizadas, fazendo frente à luta contra as opressões. São professoras, estudantes, poetas, dançarinas, fotógrafas, atores, produtoras de cultura, performers, musicistas quem junto conosco criou a epistemologia que é nossa, o nosso modo de fazer ciência, de fazer arte. Contudo é para, além disso, a nossa maneira de re-existir a um modelo de educação que fomenta a necropolítica que tem tentado às vezes na sutileza da coisa, mas cada vez mais escancarado aniquilar com as nossas corpas e todas as suas potências. Portanto, o material educativo aqui desentranhado é resultado da criatividade forjada na poética do encontro de pessoas diversas.

3. REFLEXÕES TEÓRICAS: POR POLÍTICAS DO AFETO

Os espaços formais de educação compõem-se por instituições

cisheteronormatizadas e embranquecidas e mesmo com alguns avanços nos debates sobre a necessidade de construção de procedimentos educacionais referenciados nas culturas locais, as pesquisas contemporâneas decoloniais no Brasil têm fracassado ao pautarem suas críticas e reinvidicações apenas nas lutas identitárias. Ocorre que, frequentemente, as e os intelectuais das ciências sociais e políticas, as militâncias de movimentos sociais, as lideranças políticas, mesmo as de esquerda, que fundamentam suas lutas na questão identitária tem sido capturadxs por práticas liberais num momento político de avanço dos ideais conservadores do homem branco heterossexual burguês. Quanto mais capturadas são essas frontes de luta mais força ganha o neocolonialismo, responsável por esquadrinhar corpas e identidades dissidentes, assim como aponta o pesquisador e ativista Rafael Guimarães (2018):

> Este processo vai se repetindo mesmo nos espaços não-hegemônicos, como no campo dos estudos feministas, nos estudos de gênero e dos estudos étnico-raciais, por exemplo, constituindo-se como campos em que o pensamento hegemônico, ainda seja o mais respeitado e necessariamente basal para qualquer construção crítica nestes campos. (GUIMARÃES, 2018, p. 32)

A identidade é um assunto extremamente discutido em teorias sociais e psicológicas enquanto categoria constitutiva de indivíduas e grupos. As teorias de identidades postuladas nas universidades ocidentalizadas na modernidade defende o ponto de vista do sujeito unificado. E para que serve essa premissa, senão para subalternizar as identidades que não se enquadram nas normas ocidentalizadas?

> As ciências naturais, sociais e humanas sempre estiveram implicadas em esperanças como essas. A ciência sempre teve a ver com a busca de tradução, convertibilidade, mobilidade de significados e universalidade - o que chamo de reducionismo quando uma linguagem (adivinhe de quem) é imposta como o parâmetro para todas as traduções e conversões. (HARAWAY, 1995, p. 16)

Grosfóguel (2016) aponta para o privilégio epistêmico dos homens da Europa ocidental, que ao universalizar o seu saber para todo o globo terrestre com as vantagens das disputas territoriais, deslegitimam e impossibilitam as epistemologias do sul global, esses epistemicídios convergem para diversos trânsitos. Retomemos a postulação eurocentrada da identidade do sujeito unificado, a mesma inside sobre corpos disformes de modo violento ao inferir que o que não está no padrão (leia-se homem branco ocidental heterossexual submetido à divisão social do trabalho, ou

seja, sujeito controlado) está adoecido e precisa de cura ou assistência controlando através da aliança com as ciências da saúde as identidades plurais (a título de exemplo cito a histeria feminina como condição patológica reconhecida pela medicina no século XIX como forma de controle da sexualidade das mulheres brancas do ocidente). Ainda para Grosfóguel:

> O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticos do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. (GROSFÓGUEL, 2016, p. 25)

Em sua obra intitulada *A identidade cultural na pós-Modernidade*, o estudioso jamaicano pós-colonial Stuart Hall (2001) diverge acerca das concepções da identidade e a delineia como um processo mais amplo de mudança. Dessa forma, o grande objetivo do autor é buscar explorar questões relacionadas com a identidade cultural na pós-modernidade. Hall sustenta a antítese do pensamento ocidental de que há identidades plurais, constituídas como processo mais amplo de mudança e defende que as identidades estão sempre em formação, não sendo fixas, estáticas, mas sim cambiantes.

Com essa discussão sobre identidade pretendo repensar pontos de tensão sobre a questão do identitarismo que trago no início do texto. Ao tratarmos de identidades de gênero e identidades étnico-raciais, exalto a importância e conquistas nesse âmbito de movimentos sociais e políticos representados e representantes dos diversos grupos formados por pessoas subalternizadas. Parafraseando a pensadora indiana Gayatri Spivak (2010) pergunto: Podia o subalterno falar? E cito Soujorney Truth, abolicionista afro-americana e ativista dos direitos das mulheres, que pergunta na Convenção dos Direitos da Mulher[4] para feministas brancas, em 1851: “Não sou eu mulher?” (DAVIS, 2016, p.70)

O fato é que as lutas identitárias desde a primeira onda do feminismo branco

[4] SojournerTruth estava entre as participantes, em sua maioria eram mulheres brancas, da Convenção dos Direitos da Mulher que aconteceu em Akron, Ohio, no ano de 1851. Na ocasião Truth expressou que para que a luta feminista pudesse contemplar as mulheres em suas diversidades era necessário que as feministas brancas ouvissem as mulheres pretas que por sua vez, aspiravam ser livres não apenas da dominação sexista (pauta principal da convenção), mas também da opressão racista.

concomitante ao abolicionismo negro com uma forte atuação das mulheres negras, e as pautas das diversas etnias dos povos originários das Américas ensejam por visibilidade como estratégia política. Muitas pesquisadoras e escritoras dissidentes têm questionado sobre quem tem direito à voz numa sociedade que tem como norma a branquitude, a masculinidade e a heterossexualidade – a rigor, indissociáveis num contexto que universaliza. A filósofa panamenha, Linda Alcoff (2014), destaca que “eu acredito que podemos falar em generalidades, mas não em universalismo ou essencialismo. A tentativa de formular a experiência de mulheres ou opressão de mulheres de um modo universal levará a erros coloniais”. O fortalecimento de identidades sociais é primordial enquanto movimentos políticos e os direitos advindos daí são inquestionáveis, dentre eles os que dizem respeito a educação nas universidades, “e, como desdobramento, as formas de ensinar/aprender também nos espaços educacionais outros” (GUIMARÃES, 2018, p.30).

Nos Estados Unidos “o conceito de política identitária foi originalmente criado em 1977” (KUMAR, 2018) pelo coletivo de feministas socialistas negras e lésbicas denominado *Combahee River Collective.* A necessidade de definir os caminhos políticos autônomos e solidários em diálogo com “outras organizações e movimentos progressistas” (Uma declaração Negra Feminista A Coletiva do Rio Combahee, 1977), mas com o enfoque na identidade do grupo parecia ser uma alternativa revolucionária contra o racismo e o sexismo.

> A declaração mais geral de nossa política neste momento seria a de que estamos comprometidas a lutar contra a opressão racial, sexual, heterossexual e classista, e que nossa tarefa específica é o desenvolvimento de uma análise e prática integradas baseadas no fato de que os sistemas maiores de opressão se interligam. A síntese dessas opressões criam as condições de nossas vidas. Como Negras vemos o feminismo Negro como o lógico movimento político para combater as opressões simultâneas e múltiplas que enfrentam todas a mulheres de cor. (Uma declaração Negra Feminista - A Coletiva do Rio Combahee, 1977, p.1)

Em entrevista à editora estadunidense Rashmee Kumar na publicação on-line The Intercept, o escritor e historiador Asad Haider explica como os movimentos antirracismo e antissexismo nos Estados Unidos foram cooptados por políticas liberais, anulando os fatores simultâneos de opressão, escanteando as perspectivas de classe e fortalecendo o capitalismo e consequentemente os processos de opressão contra as coletividades subalternizadas, “o que pretendia ser uma

estratégia revolucionária para derrubar opressões entrecruzadas tornou-se uma palavra de ordem nebulosa e carregada, que foi cooptada pelos diferentes polos do espectro político". (KUMAR, 2018).

Onde quer que se alinhem os debates, intelectuais concordam que a noção de identidade é indispensável ao discurso e prática política contemporânea, porém, não é uníssono o entendimento que tem implicações preocupantes para a inclusão política e nossas possibilidades de solidariedade e resistência. Ao criticar as políticas de identidade em *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade*, a intelectual negra estadunidense bell hooks me inspira a dizer que "não quero que as críticas à política de identidade possam se transformar num método novo, e chique, para silenciar os alunos de grupos marginais" (hooks, 2013, p 112).

Haider em seu livro analítico*, Mistaken Identity: Race and Class in the Age of Trump*, sobre a politíca identitária desde a segunda metade do século XX até a era Donald Trump discorre que:

> O enquadramento da identidade reduz a política ao que você é como indivíduo e enquanto ganha reconhecimento como indivíduo, e não à sua participação em uma coletividade e na luta coletiva contra uma estrutura social opressora. O resultado é que a política identitária paradoxalmente acaba reforçando as mesmas normas que se dispõe a criticar. (HAIDER, 2018)

No atual contexto político bolsonarista brasileiro, em que a extrema direita ganha força, e a gestão do mais alto nível federal declaradamente fomenta, o que o teórico político camaronês Achile Mbembe sistematiza enquanto necropolítica, "o estado de exceção deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito" (MBEMBE, 2016, p.124), é imprescindível que nós, a nova geração de intelectuais, pesquisadores e ativistas nos situemos. Ao longo das três últimas décadas foi possível perceber, aqui no Brasil, uma trégua mal mascarada às corpas dissidentes com a ascensão da esquerda. Foi possível estreitar alguns diálogos e avançar na conquista de direitos, mas a esquerda se fragmentou numa disputa para reivindicar quais grupos tiveram historicamente seus direitos relegados, fundamentados nas identidades subalternizadas. Entretanto, enquanto alguns espaços, sobretudo os acadêmicos e os de representação da política eletiva, eram passíveis de autorrepresentação individuais de mulheres, indígenas, negras, LGBTQIA+, imigrantes criou-se uma falsa consciência de que os epistemicídios/genocídios e racismos/sexismos estavam dirimindo. Mas, ao ocuparmos esses espaços fomos seduzidos exatamente pelo o que representam o poder do capitalismo, tornando-

nos, como diz Foucault em Vigiar e Punir, corpos docilizados. “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2004, p. 119).

Dividimo-nos em nossas lutas e nos enfraquecemos acreditando que agora podia sim o subalterno falar, esquecemos que o racismo/sexismo caminham de mãos dadas com as hegemonias. Enquanto as produções acadêmicas traziam para o escopo da universidade ocidentalizada, e para os outros espaços de educação, temáticas importantes numa busca por resoluções para as desigualdades sociais, efetivamente não interseccionalizamos as nossas práticas frente ao que estava prestes a reemergir, temos falhado em não estimular a solidariedade de forma ampla. E enquanto a esquerda divergia se era realmente necessário incluir discussões sobre gênero e sexualidade no currículo da educação básica, sendo conivente com o cis-sexismo institucionalizado, em dois anos sofremos um golpe político, e em seguida assistimos a extrema direita calhorda vencer democraticamente utilizando como estratégia para a campanha propostas como relaxamento para concessão de armas e liberação de leis ambientais (necropolítica), dificultando ainda mais a demarcação das terras indígenas e quilombolas, além da disseminação de fake news, dentre elas a invenção da distribuição de “kit gay” como material didático para crianças. Apontando para essa discussão Mbembe correlaciona morte, soberania e sexualidade:

> A sexualidade está completamente associada à violência e à dissolução dos limites de si e do corpo por meio de impulsos orgíacos e excrementais. Como tal, a sexualidade diz respeito a duas formas principais de impulsos humanos polarizados – excreção e apropriação – bem como o regime dos tabus em torno deles... Uma vez que o domínio natural de proibições inclui a morte, entre outras (por exemplo, sexualidade, sujeira, excrementos), a soberania exige que “a força para violar a proibição de matar, embora verdadeira, estará sob condições que o costume define”. (MBEMBE, 2016, p. 126 e 127)

Reconhecer que a liberação de toda gente oprimida requer a destruição dos cistemas[5] político-econômicos capitalistas e imperialistas tanto como o do patriarcado, implica na “aplicação teórico-prática do conceito de interseccionalidade”

[5] Cistema em referência a pesquisadora e ativista transfeminista Viviane Vergueiro (2015) que substitui as letras ou adiciona o prefixo Cis em palavras cujas significações não incorporam outras existências diferentes das cisgêneras.

que “se configura como um aspecto indispensável a uma análise crítica da normatividade cisgênera”. (VERGUEIRO, 2016, p. 30). Mais uma vez, convoco Spivak, “Pode o subalterno falar?” e desta vez parafraseio Truth“ E não seriam as trans/ travestis e indígenas ,mulheres?” A militância identitária, por vezes, torna-se um conjunto de peças sobrepostas que não se encaixam e que fragmenta cada pauta, porém, Gloria Anzaldúa, escritora chicana, reflete que para a mulher do terceiro mundo, a que está no entre lugar das opressões “essas inúmeras possibilidades deixam *lamestiza* à deriva em mares desconhecidos. Ao perceber informações e pontos de vista conflitantes, ela passa por uma submersão de suas fronteiras psicológicas”. (ANZALDÚA, 2005, p. 706).

É chegada a hora de re-conhecermos por onde somos capturadas, o que nos faz deixar de olhar para todas as companheiras re-conhecendo as diferenças, e identificando que cada uma precisa falar por si, para que nas diferenças sejamos capazes de des-construir anarcocriações. Kimberlé Crenshaw, intelectual negra estadunidense, ao analisar as nuances interseccionais pondera que “um certo grau de invisibilidade envolve questões relativas a mulheres marginalizadas, mesmo naquelas circunstâncias em que se tem certo conhecimento sobre seus problemas ou condições de vida”. (CRENSHAW, 2002, p.174)

É urgente re-construirmos modos de re-existir que nos posicionem como pessoas atrizes políticas autônomas, precisamos descolar de discursos passivos que apenas denunciam as opressões. Mas é preciso também assumirmos esse entrelugar que se de um lado nos polariza, em todas as partes está arraigado na con-fluência de culturas e cargas genéticas múltiplas que possibilitam uma amplitude maior para criarmos potências a partir das fluências de nossas identidades e corpas.

> O futuro depende da quebra de paradigmas, depende da combinação de duas ou mais culturas. Criando um novo *mythos*– ou seja, uma mudança na forma como percebemos a realidade, na forma como nos vemos e nas formas como nos comportamos – *La mestiza*cria uma nova consciência. (ANZALDÚA, 2005, p. 707)

Desta maneira, penso nas formas de insurgir ocupando os espaços da academia, dos ativismos, das artes “borrando as fronteiras” (ANZALDÚA, 2005) epistemológicas “e decido, por uma tradição na qual também fui formado... em aderir cotidianamente ao trabalho micropolítico”. (GUIMARÃES, 2018, p. 33). Para tanto, abri mão da angústia de controlar todo o processo da pesquisa, rompendo

com as epistemologias fundadas no saber hegemônico. Descobri ao longo da minha formação neste programa, a possibilidade de ter autonomia sobre o que eu poderia desenvolver enquanto pesquisa educacional e se esta premissa é válida para mim por que não seria para as pessoas com as quais pesquisaríamos/criaríamos/vivenciaríamos? bell hooks (2013) nos convida a definir uma estratégia pedagógica que assegure, por meio de diferentes ferramentas, que estudantes possam falar e, para tanto, traz a necessidade de que suas experiências sejam relatadas a fim de produzir novas teorizações. “Se a pedagogia do professor não for libertadora, os estudantes provavelmente competirão pela valorização e pela voz em sala de aula” (hooks, 2013, p. 115 e 116).

Adotar um modo de fazer pesquisa que não pré define cada passo a ser dado é se deparar com incertezas e instabilidades durante o percurso, mas também é ser agraciada pelas surpresas forjadas na poética do encontro. Há quem possa questionar a imparcialidade e neutralidade de pesquisas como esta, e Haraway nos defende:

> Nessas visões tentadoras, nenhuma perspectiva interna é privilegiada, já que todas as fronteiras interno-externas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não movimentos em direção à verdade. Portanto, da perspectiva extremista dos construcionistas sociais, porque deveríamos ficar acuados pelas descrições dos cientistas sobre sua atividade e seus feitos? Eles e seus patronos têm interesse em jogar areia em nossos olhos. (HARAWAY, 1995, p.9)

Ao colocarmos em prática as nossas anarcocriatividades, pautadas nos afetos que emergiam a cada ciclo pude aprender que para além de orientar as adolescentes em seus processos de ensino-aprendizagem, de criação em arte e de con-fluências de nossas identidades dissidentes, elas foram quem me mostraram como é uma prática interseccional no fazer/ser, independente de suas fragilidades e hiatos quanto às aquisições no que diz respeito aos modelos formais de educação.

> para a colocação incisiva de demandas políticas outrora marginalizadas, silenciadas, neutralizadas, e para a promoção de uma rede de saberes, recursos e afetos que façam da teoria, segundo hooks (1994, 61), um lugar em que é possível encontrar curas, curas contra processos cisnormativos e cissexistas. (VERGUEIRO, 2015, p. 26)

Com cuidado, como ensina Anzaldúa (2000, p. 235), “sua pele deve ser sensível suficiente para o beijo mais suave e dura o bastante para protegê-la do desdém. Se for cuspir na cara do mundo, tenha certeza de estar de costas para o

vento” subvertemos a ordem sexista/racista, experimentamos fluências que exploram poéticas e estéticas como possibilidades de des-construção e re-existência. Decidimos seguir o caminho para o qual aponta Igiaba Scego (2018) agora poderemos narrar a nós mesmas, como quisermos.

5. OBJETIVOS

5.1 Geral:

✓ Reconhecer as potencialidades criativas em espaços não formais de educação como estratégia pedagógica que se propõe de|s|colonizada, a fim de possibilitar autonomia para as pessoas envolvidas no projeto quanto aos seus processos de ensino-aprendizagem.

5.2 Específicos:

✓ Experimentar uma metodologia de criação a partir das vivências periféricas de pessoas dissidentes considerando seus desejos;

✓ Potencializar as produções em arte e educação desde o lugar marginalizado priorizando práticas colaborativas;

✓ Promover discussões sobre etnia, raça, classe, gênero, sexualidade com vistas a garantir a implicação das pessoas no que versa as temáticas;

✓ Compreender as fluências de criação a partir do encontro como processo de construção do conhecimento e linguagem artística que em seu fazer trans-relaciona pluralidades culturais e diversidade étnico-racial, social, de gênero, orientação sexual, grupos etários, entre outros, trabalhando a alteridade nas experiências;

✓ Vivenciar processos criativos, que emergem de questões próprias da cultura e outros níveis de relação com o mundo, compreendendo a produção em arte e educação como a organização de um discurso sociopolítico;

✓ Oferecer vivências de experimentação em artes;

✓ Desenvolver uma websérie a ser disponibilizada em plataformas digitais, com episódios que discorram sobre os temas emergidos nas vivências de experimentação em artes e nas discussões.

6. PERCURSOS METODOLÓGICOS: PROCESSOS DE CRIAÇÃO EM ARTE E EDUCAÇÃO

É imprescindível rompermos com as práxis acadêmicas verticalizadas que tomam sujeitas e sujeitos como objetos de pesquisa. A partir de uma pesquisa-intervenção descentrada, construímos de forma colaborativa o conhecimento através da troca de saberes/vivências entre pessoas que ocupam diferentes espaços na sociedade.

Para tanto, foram realizados inicialmente três encontros com as adolescentes que moram na instituição de acolhimento com a finalidade de apresentar a proposta e, após manifestados os desejos delas em participar do projeto enquanto pesquisadoras-criadoras, escolhemos os assuntos que trataríamos e as pessoas convidadas a juntarem-se ao projeto.

A escolha por esta metodologia surgiu a partir de sutis orientações nos momentos em que havia reuniões entre meu orientador e eu, este apontava pistas para um caminho que para mim era desconhecido e me desestabilizava, mas eu sentia que era por aí que deveria seguir. A literatura que trouxe acima fortalecia esse sentimento de que deveria ‘fazer com’, mas ainda não sabia como fazer na prática com as garotas e com as pessoas convidadas. Na primeira reunião com as adolescentes, falei sobre construirmos juntas, para que umas ensinem o que sabem para as outras, e que eu tinha muito que aprender, uma delas me responde: “Nós temos muita coisa pra ensinar. Eu sou especialista.” Essa afirmação foi necessária para que eu confiasse no processo, nos encontros e, sobretudo, no entendimento de que nenhuma metodologia de pesquisa que eu, mulher da periferia do mundo, conhecia me colocou na posição de estabilidade. Pois se a vida possui fluxos que não são passíveis de serem mensurados por instrumentos técnicos e métodos científicos, o que faz com que pesquisas científicas anulem esses fluxos? Esse conjunto de regras metodológicas que inferem sobre neutralidade, imparcialidade, etc, que vem do centro do globo terrestre são falácias. Sobre tal afirmação Donna Haraway (1995) discorre em seu texto “Saberes Localizados”. Confiei na potência da nossa gangue, da nossa grupelha, como diz Félix Guattari:

> A introdução de uma energia suscetível de modificar as relações de força não cai do céu, ela não nasce espontaneamente do programa justo, ou de pura cientificidade da teoria. Ela é determinada pela transformação de uma energia biológica – a libido – em objetivos de

luta social. (GUATTARI, 1985, p.15)

Fizemos os convites às pessoas artistas, intelectuais (anexo I) da região sul baiana, apenas sugerindo o tema e informando que qualquer que fosse a proposta, seria realizada com adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional, sem explanarmos sobre especificidades. Penso que é importante relatar que todas as pessoas com as quais fizemos contato aceitaram o convite e que quando alguma dizia não saber como fazer, eu respondia para que fizesse como sentisse. Foram realizadas 12 vivências, mescladas entre oficinas e rodas de conversa, práticas de dança, teatro, fanzine, música e performance.

Contrariando o que eu havia aprendido até então sobre metodologias de pesquisa e intervenção, o que eu desenvolvia mediando as orientações que me eram dadas, as demandas das adolescentes e os meus desejos enquanto sujeita no mundo e nas pesquisas, seguia um fluxo que era meu, criado a partir destes encontros. A Cartografia das subjetividades quando teoria para fundamentar a metodologia é atraente, pois permite compreender a pesquisa de forma dinâmica, em constante processo de mudança e o pesquisador como parte integrante deste processo.

> Toda experiência cartográfica acompanha processos, mais do que representa estados de coisa; intervém na realidade, mais do que a interpreta; monta dispositivos, mais do que atribui a eles qualquer natureza; dissolve o ponto de vista dos observadores, mais do que centraliza o conhecimento em uma perspectiva identitária e pessoal. (PASSOS; BARROS, 2010, p.169).

A cada encontro havia uma mística, era sempre muito forte a conexão que se estabelecia quando das nossas trocas. Fui percebendo o quanto para mim era difícil fazer, por exemplo, diário de bordo (sentia que quando eu abaixava a cabeça para anotar algo durante os encontros me desconectava do que vinha depois, um olhar, uma expressão e quando chegava a casa estava absorvida por aquela mística e o meu desejo era deglutir a experiência). Aos poucos entendi que a cartografia, assim como o conceito de rizoma[6] me ensinam muito, todavia não são suficientes para sustentar a minha prática metodológica. Deparo-me, mais uma vez, com a cisheteronormatividade, cria do patriarcado, institucionalizada na academia e nos

[6]Deleuze e Guattari (1995) lançam a noção de Rizoma, conceito advindo da botânica que infere sobre as ramificações horizontais das plantas. Para além de um conceito, é também um modelo epistemológico para pensar o próprio pensamento e o modo com que nos deslocamos subjetivamente ante as plurais realidades que atravessamos. O rizoma é o entrelugar, ele não começa e nem finda, é um sistema aberto que se ramifica.

modos de fazer pesquisa-ação. Adriano de Léon (2012, p. 219) “ propõe um debate acerca das metodologias usuais” e desenha uma metodologia anarcoqueer, em seu escrito sobre o assunto ele afirma que:

> Um grande problema nos processos de investigação dos fenômenos queer tem por base a linguagem heteronormativa frequentemente usada como suporte para a maioria das metodologias. A estrutura heteronormativa faz com que a heterossexualidade apareça como uma sexualidade sempre existente, natural, normal e pura. Isso implica numa tirania do desejo heterossexual. Como compreende sempre um binarismo, esse tipo de linguagem conforma ideias, instituições, sujeitos e corpos. (LÉON, 2012, p. 227)

Comecei a compreender que respeitar a história da pesquisadora era me respeitar em meus processos de subjetivação e a minha dinâmica na produção. Afirmo isto, sem negar que o processo não é fácil, muitas vezes me questionei sobre a legitimidade do que vinha desenvolvendo. Compreendi também, que de|s|colonizar não significa necessariamente romper com tudo o que me constitui e vem do eurocentrismo, mas que é jogar com essas ferramentas para que eu mesma junto com as minhas e os meus pares possamos con-fluir nas criações. Então, penso numa epistemologia anarquista, uma metodologia anarquista, um jeito de fazer que nos contemple, ainda que em alguns momentos sejam necessárias algumas concessões para dialogar com as academias.

Somado a isto, observo as institucionalizações outras, das escolas que as meninas frequentam, da casa onde elas vivem que outrora se chamava Casa Lar e que por adequação legal passa a chamar Instituição de Acolhimento, penso nas institucionalizações às quais as pessoas parceiras deste produto e eu fomos submetidas, todas estas e mais outras com o intuito de obter como “resultado deste trabalho (institucionalização) um indivíduo que será o mais despreparado possível para enfrentar as provas importantes de sua vida” (GUATTARI, 1985, p. 13). Como re-existir nessa empreitada?

Atravessada pela angústia, fruto do anseio pela liberdade e da obediência que me fora ensinada, lanço a possibilidade de anarquizar a práxis, de abrir brechas no Cistema, de desobedecer às normatividades. Edson Passetti e Acácio Augusto debatem Anarquismos e Educação.

> “A educação anarquista volta-se para a liberdade, experimentações e maneiras de lidar com a criança e o jovem que os fortificam como pessoas autônomas, com capacidade de entendimento e decisão;

> valoriza a rebeldia, o oposto da escola socialista ou capitalista, autoritária ou democrática. Assim, a educação e a escola anarquistas voltam-se para a crítica com rompimento, transformação e irrupção de inventividades." (PASSETTI, 2008, p. 81)

Ao estudar sobre anarquismos, sexualidades fluidas e relações de nominação, encontro na Teoria Queer algumas reflexões possíveis para endossar a metodologia que nos contemplou no decorrer deste produto educacional. Na contramão da tessitura coercitiva organizam-se politicamente as "multidões queer" (PRECIADO, 2011), isso porque o controle das sexualidades é uma arma política que sustenta o capitalismo e todas as opressões que cooperam com este, assim como observa a pesquisadora feminista Beatriz Preciado:

> "... o sexo (os órgãos chamados "sexuais", as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida." (PRECIADO, 2011, p. 11)

O desejo e possibilidade de conduzir esta experiência sem que houvesse relações de dominação, autoritárias, reduzindo ao máximo as regras, e quando da necessidade das mesmas que fossem estabelecidas em acordo pelas pessoas envolvidas foi o tônus para que entendêssemos a construção em educação de maneira transversal e libertária. Na perspectiva interseccional prática não pode haver luta antirracista segregada da luta contra a homofobia ou o especismo, por exemplo, desta maneira, não haveria a possibilidade de combater os mais diversos tipos de opressão através da educação, sem reconhecermos o potencial subjetivo das corpas dissidentes respeitando os seus desejos. O que consideramos como força para efetivar as ações que desenvolvemos é a possibilidade de que elas sejam reverberadas, esta é uma perspectiva que não deve ser negligenciada ao pensarmos que a função da educação é potencializar a criticidade nas pessoas. A fronteira entre os desejos meus enquanto pesquisadora de que as ações sejam recriadas perpassa pela a relação que foi estabelecida entre mim e as adolescentes, relação de fluidez ao conduzir os fluxos da pesquisa-intervenção. Isto não implica dizer que não houve métodos, mas sim, que estes métodos foram anarcocriados a partir do campo aberto das pluralidades de identidades, dos modos de ser, pensar e experimentar. A metodologia anarcocriativa aparenta com os métodos anarcoqueer.

> A metodologia anarcoqueer lida com táticas, com fluxos desejantes, com estratégias do sujeito e seu desejo. Cada investigação é

> singular. Assim, o método é construído nessa singularidade e só serve naquele momento. Não se difunde em manuais, mas tão somente na descrição daquela investigação. É híbrido e provisório. É uma afetação pelo outro e o deixar-se ser afetado. Um método nu. Visa perceber as ressonâncias e as dobras, as superfícies estriadas e os contornos. Abre-se ao acaso, ao inusitado e ao não-dito. É assistemático e desprovido de metacategorias, pois que não se pode perceber o rizoma original dos fenômenos. (LÉON, 2012,p. 232 e 233)

As vivências em artes, as oficinas e rodas de conversa trouxeram às superfícies de nossos entendimentos, compreensões paradoxalmente densas, as quais resultaram em gravações de quatro episódios para a websérie que será disponibilizada em plataformas digitais. A elaboração dos roteiros (anexo II) dos episódios foi construída também em colaboração. Perguntei as adolescentes a quem elas querem afetar com suas discussões e elas respondem: “A todas as pessoas”. Houve mais três encontros para escrevermos os roteiros, todos os encontros desde os primeiros descritos foram negociados com a coordenação da instituição respeitando a rotina de aulas, estágios e atividades de lazer das adolescentes, tal fato, confesso, foi desgastante e muitas vezes me provocou angústia e medo quanto aos prazos e nesses momentos me percebia questionando a metodologia que havia adotado, questionando a mim mesma. Retorno o que disse em alguns parágrafos acima, fui ensinada a obedecer. A gravação dos episódios também não ocorreu inicialmente como havíamos imaginado, foram necessárias duas tentativas, alguns desconfortos e questionamentos quanto aos modos de fazer para que finalizássemos com um dia inteiro de gravação, feitura de comida, compartilhamento de risos, conflitos, resolução dos mesmos, e por fim o alívio de uma etapa concluída com solidariedade entre nós.

A construção do conhecimento tendo como sustentáculo a metodologia anarcocriativa tem como premissa principal a poética do encontro e o entendimento de que a educação se faz na lida com a/o outra/o, nas emergências das/os sujeitas/os, nas fronteiras que são fluídas. Rizoma, assim, a nossa maneira, conosco validando nossas tessituras, nos serve.

6.1 AÇÕES E DESENVOLVIMENTO

A função deste produto junto ao público que participou ativamente de sua construção é promover reflexões acerca das suas capacidades de construção

intelectual, política, artística imbricadas com a constituição subjetiva, compreendendo que essas estruturas são enodadas às estruturas de poder que fomentam as mais variadas opressões. A partir destas reflexões, propomos a nós mesmas (adolescentes, pesquisadora, pesquisador, artistas e intelectuais colaboradoras) ações cotidianas mais solidárias, escolhas mais conscientes para que minimizemos as reproduções de violências e juntas possamos construir mais harmoniosa a nossa comunidade sul baiana.

Indico que seja possível que nos tópicos seguintes os tempos verbais flutuem, pois, como avisei, em momento anterior minha intenção a esta escrita não é apontar um caminho a ser copiado, e sim, marcar um processo que aconteceu entre nós que pode inspirar outras pessoas.

6.1.1 Das Estratégias anarcopedagógicas

- **VIVÊNCIA 1 – Experiência fotográfica: Beleza do comum**

Colaboradora: Ana Lee

1. Apresentação – Perguntas norteadoras:

   - ✓ Quem é você?
   - ✓ Gosta de fotografar?
   - ✓ O que gosta de fotografar?
   - ✓ Quais imagens gostam de ver na TV?

2. Pesquisa no Google:

   - ✓ Casais bonitos
   - ✓ Pessoas bonitas
   - ✓ Lugares bonitos

Observar quais são as referências que aparecem quanto à etnia-raça, sexualidade, gênero e estética.

3. Exibição de imagens diversas e observação das sensações e sentimentos que causam – Relação entre enunciado e receptor.

4. Explanação sobre técnicas básicas em fotografia com câmeras comuns (celulares, tabletes, máquinas fotográficas)

5. Provocação reflexiva: Fotografia é sobre verdade, sobre contar histórias para que se perpetuem. Necessário olhar sensível para a beleza do comum.

6. Proposta prática: Tirar fotos do espaço com contraste de cores que retratem a beleza comum do cotidiano.

VIVÊNCIA 2 – Roda de conversa: Percursos para construção da identidade negra a partir da estética

Colaboradora: Flávia Alessandra de Souza

1. Apresentação do continente Africano nas perspectivas:

- ✓ Territorial – Mapa Político
- ✓ Da colonização – Mapa da Diáspora Africana
- ✓ Da civilização – Mapa de Valores Civilizatórios

2. Roda de conversa – Perguntas norteadoras:

- ✓ Quais países africanos são apresentados para nós ao longo de nossas vidas?
- ✓ Como são as pessoas que aparecem nos filmes que gostamos que ocupem lugares de poder?
- ✓ Quais são as referências de beleza que são construídas na sociedade?

3. Provocação reflexiva: Com a colonização do Brasil, a diáspora africana e o capitalismo selvagem, podemos observar o quanto pessoas que não correspondem ao padrão estético vigente são colocadas à margem, tal premissa possibilita a compreensão do desejo de negação de estéticas dissidentes.

4. Re-conhecendo potências dissidentes: Valores civilizatórios Afro-Brasileiros

- ✓ Circularidade
- ✓ Religiosidade
- ✓ Corporeidade

- ✓ Musicalidade
- ✓ Cooperativismo/comunitarismo
- ✓ Territorialidade/território
- ✓ Ancestralidade
- ✓ Memória
- ✓ Ludicidade
- ✓ Energia Vital (Axé)
- ✓ Oralidade

5. Proposta prática: A fim de que haja uma transição sobre o pensamento estético é necessário reconhecer as potencialidades dos nossos ancestrais e que o direito ao reconhecimento de nossas belezas é negado. Que tal nos olharmos no espelho cotidianamente?

- **VIVÊNCIA 3 – Criação em Dança: Corpas, criação e movimento**

Colaboradoras: Coletivo Rachas

1. Apresentação: Formar círculo em pé, solicita-se que uma pessoa diga seu nome e faça um movimento, em seguida todo o grupo repete o movimento. A pessoa ao lado diz seu nome e faz um movimento. O grupo repete o primeiro movimento e depois o segundo. Continua até que todas as pessoas tenham se apresentado.

2. Contato com as corpas: Ainda em círculo a pessoa que se encontra atrás tocará na corpa de quem está em sua frente. Informa que quem não se sente a vontade com o toque de outras pessoas pode participar observando. Instrui para que sintam a textura do cabelo, da pele, a forma das partes do corpo.

3. Criação e movimento:

- ✓ Cada pessoa reproduz um movimento do cotidiano (ex: escovar os dentes, subir no ônibus, desligar o despertador)

- ✓ Experimentar esses movimentos com qualidades distintas, ao passo que as colaboradoras indiquem as qualidades (ex: em câmera lenta, desengonçada, rápido)

- ✓ Criação de coreografia a partir da conexão dos movimentos e das qualidades anteriores

4. Roda de conversa – Perguntas norteadoras:

- ✓ Qual é o corpo que dança?
- ✓ O que é dança?
- ✓ Quais mulheres te inspiram?
- ✓ O que é ser mulher?

5. Provocação reflexiva: As normas impõem padrões e formas que interferem nas performatividades das pessoas, sobretudo das dissidentes. Podemos descobrir e construir trilhas que nos conduzam a potentes criações desde quem somos como somos e o que desejamos. Uma estratégia possível é olharmos para o que temos ao nosso alcance no nosso dia a dia.

- **VIVÊNCIA 4 – Moquecagem beira-rio**

Colaborador: Rafael Guimarães

1. Apresentação do colaborador: Bate papo com direito a perguntas sobre o curso da vida, suas memórias, seus cotidianos e perspectivas futuras.

2. Feitura de moqueca de banana da terra a várias mãos:

- ✓ Cozinha de fronteira – Monta-se uma cozinha eficaz em espaço aberto com recursos mínimos (1 mesa, 1 faca, 1 tacho elétrico, uma extensão de energia e alimentos).
- ✓ Cozer e confraternizar – Tarefa cotidiana executada de forma colaborativa pode ser descontraída.
- ✓ Experiência vegana – Mudança de paradigma: “eu não como sem carne” para “Estou lambendo o prato, tem mais?”

3. Provocação reflexiva: É urgente a necessidade de discutirmos em vários espaços sobre como a cultura de comer animais e seus derivados estão intimamente ligados as opressões de gênero, etnia-raça, classe, entre espécies e como o cis-sexismo e o controle das sexualidades também são circunscritos por esse hábito que foi socializado desde a colonização. A prática de uma alimentação

baseada em vegetais conforma possibilidades de re-existências criativas, desde a escolha do alimento, passando pela sua feitura até a chegada do prato a mesa.

- **VIVÊNCIA 5 – Percussão**

Colaboradora: Ticiana Belmonte

1. Apresentação: Cada pessoa escolhe um instrumento musical e experimenta tocá-lo ao passo que estabelece um bate papo sobre vivências musicais. Propõe a troca dos instrumentos entre as pessoas para que todas tenham contatos com vários instrumentos. A colaboradora observa quem tem afinidade com qual instrumento.

2. Experimentação rítmica – A partir da oralidade e demonstração do movimento cada pessoa toca uma frase musical que se repete, todas juntas tocando instrumentos diferentes produzem ritmos afro-latinos sob condução da musicista colaboradora.

3. Musicalidade, identidade e cultura:

- ✓ As histórias dos instrumentos musicais percussivos são as histórias dos povos – a feitura de instrumentos musicais é intrínseca aos modos de vida dos povos indígenas e dos povos africanos.

- ✓ Ritmos afro-latinos e identidades – re-conhecimento de bases musicais advindas de culturas indígenas e afro-brasileiras em estruturas musicais diversas.

4. Instrumentos musicais utilizados:

- ✓ Pandeiro
- ✓ Chocalhos
- ✓ Tambor
- ✓ Atabaque
- ✓ Triângulo
- ✓ Agogô

5. Gêneros musicais experimentados:

- ✓ Samba em algumas de suas variações
- ✓ Ijexá
- ✓ Axé
- ✓ Pagode

- ✓ Galope (variação do forró)
- ✓ Funk

- **VIVÊNCIA 6 – Experimentação cênica**

Colaborador: Cleber Braga

1. Apresentação do colaborador e das pessoas envolvidas seguida de jogos corporais:

✓ Para estimular a propriocepção – Solicita que as pessoas andem pela sala mudando a frequência dos passos. Designa que parem e que fixem o olhar em um ponto à sua frente por alguns segundos, depois que fixem o olhar em um ponto a esquerda, logo em seguida em um ponto a direita, depois para cima e para baixo. É importante que o restante do corpo permaneça em equilíbrio e que só o olho movimente, retornando o olho para o centro. Observa que ao final a visão panorâmica é ampliada e a propriocepção aguçada.

✓ Para estimular a confiança no grupo e o cuidado – Faz um círculo em pé e uma pessoa fica no centro da roda, com os olhos fechados e o corpo enrijecido deixa o corpo tombar como um pêndulo, as demais pessoas têm a função de cuidar para que a pessoa do centro não se machuque.

2. Proposição para experimentação cênica: A partir de uma história que pode ser construída colaborativamente, o grupo é dividido em dois. Os papeis são definidos de acordo com os desejos. A partir daí é possível improvisar na construção da cena para que a história proposta seja contada. É interessante que os papeis sejam invertidos, que as pessoas sejam trocadas no meio da cena. Assim pode-se perceber a identidade que cada pessoa traz em cena, bem como a capacidade de mudar o tônus. O colaborador indica as mudanças que podem ocorrer ao decorrer da criação.

3. Corpo em cena: Para explorar as deformidades performáticas enquanto possibilidades criativas para estéticas plurais é proposto que as pessoas dancem livremente, após um tempo o colaborador emite comandos, como exemplo: dançar desengonçado, dançar séria, dançar gargalhando.

4. Provocação reflexiva: os modos de educar não precisam ser rígidos. Criações que respeitam processos colaborativos horizontais e que ensinam sobre cuidado, respeito e solidariedade ao mesmo tempo em que as pessoas se divertem valorizam as sujeitas, ensinando-as aliado ao que já foi citado sobre cidadania, direitos humanos, respeito e alteridade. Práticas pedagógicas como esta, onde as pessoas são ativas em seus processos de aquisição do conhecimento favorecem a autonomia e criticidade.

- **VIVÊNCIA 7 – Oficina de Fanzine: escritas periféricas de mulheres**

Colaboradoras: Karen Oliveira e Stela Maria Gomes Menezes

1. Apresentação das artistas colaboradoras – Bate papo contextualizando as vivências que as motivaram a escrever e criar em arte.

2. Feitura de fanzine:

- ✓ O Fanzine – estratégia anarcocriativa de escrita democrática
- ✓ Nossos fanzines – o que queremos dizer ao mundo do nosso jeito
- ✓ Prática sustentável que desestabiliza o capitalismo – reutilização de material com criatividade e o des-consumo de literatura liberal

3. Proposta prática: Dobrar uma folha A4 em quatro partes. Escrever uma letra a escolha, a partir dessa letra escrever uma palavra, depois escrever palavras aleatórias que comecem com a mesma sílaba da palavra escrita anteriormente. Com as palavras que surgem pensar em criar poesias, frases, fazer desenhos, fazer colagens, fluir livremente na criatividade.

4. Provocação reflexiva: A escrita é negada as mulheres dissidentes, seja nos espaços formais ou inviabilizando-as que sejam alfabetizadas. O entendimento que a escrita é um signo amplo e que existem formas diversas de comunicar permite que nós nos narremos.

- **Vivência 8 – Roda de conversa: O direito das mulheres sobre seus corpos na sociedade**

Colaboradora: Isabella dos Santos Silva

1. Apresentação: Escuta da canção Maria Maria em duas versões, na primeira cantada por Elis Regina e na segunda por Milton Nascimento com a proposta de conectar as pessoas com o momento presente.

2. Diálogos sobre experiências plurais – Apresenta-se imagens de mulheres plurais em situações diferentes, mesclando entre essas situações imagens de violência e imagens em que as mulheres ocupam espaços políticos importantes. Contação de histórias pessoais e de domínio público que evidenciam as distintas e sofisticadas formas de violências que atravessam as corpas das mulheres transgêneras, das mulheres negras, das mulheres indígenas, das mulheres lésbicas, das mulheres em situação de deficiência, das mulheres gordas, considerando interseccionalmente as estruturas de opressão.

3. Provocação reflexiva: Pede-se que em uma folha A4 cada pessoa responda a pergunta “O que as mulheres podem fazer?”, e em seguida junta num grande mural todas as respostas. Aqui está posto a força da solidariedade entre as mulheres.

- **Vivência 9 – Roda de conversa: (Des)mistificando a história dos povos Tupinambás de Olivença.**

Colaboradora: Laís Eduarda/ ÎãGwarini Tupinambá

1. Do modelo mais antigo, simples e eficaz da oralidade – Sentadas na sala de casa, a facilitadora remonta as histórias que lhes foram contadas em suas vivências indígenas. Desmente as histórias contadas pelo homem branco que a maioria do povo da região sul baiana acredita.

2. Tópicos inegociáveis e irrevogáveis sobre as/os Tupinambás:

- ✓ O genocídio indígena é um risco contemporâneo.

- ✓ A extinção da língua Tupinambá por meio da catequização das/os Tupinambás extinguiu parte da história desse povo e da região cacaueira, assim sendo apaga parte da nossa história também.

- ✓ Os indígenas são os povos originários por este motivo a disputa territorial não se justifica. As terras foram invadidas pelos homens brancos.

- ✓ A descaracterização das identidades étnico-raciais desses povos foi uma violência imposta pela colonização. Incorrer pela exigência da raça pura para considerar uma pessoa indígena é mais uma forma de violentá-los.

3. Sobre resistências Tupinambás:

- ✓ A neocatequização tem sido violenta por parte dos cristãos evangélicos. As lideranças Tupinambás tem utilizado estratégias para lidar com a nulidade das práticas cotidianas da cultura Tupinambá dentro da própria comunidade.
- ✓ As comunidades Tupinambás têm observado crescentes casos de violência de gênero entre seus povos. Tem sido repensado a interferência do Estado em alguns casos.
- ✓ Algumas mulheres Tupinambás, principalmente as jovens, integram uma rede feminista, a Pelas Mulheres Indígenas, que tem fomentado estudos, colaborações, empreendimentos entre as mulheres.
- ✓ Tem havido uma preocupação em reconstruir a língua Tupinambá e umas das estratégias para que isso aconteça é reintegrar vocábulos de outras línguas indígenas.
- ✓ Da mesma maneira, as pessoas indígenas possuem preocupação com o equilíbrio da natureza, uma vez que a natureza concerne suas vidas e de seus encantados.

4. Proposta reflexiva: Ao invés do homem branco (designação pela qual as pessoas indígenas identificam quem não é indígena) incorrer pelo erro de interferir em como as culturas indígenas devem lidar com os seus problemas é necessário que reconheça que os problemas de mesma ordem estão presentes nas culturas não indígenas. Além disto, é dever do homem branco sensibilizar a sociedade não indígena a respeitar e preservar que os direitos indígenas sejam garantidos, vez que foi a sociedade não indígena responsável pela problemática de violência, genocídio e apagamento dessas culturas.

- **VIVÊNCIA 10 – Performance Missivas por Daniela Galdino**

Colaboradora: Daniela Galdino com participação de Mither Amorim

1. Missivas é “uma performance sobre a força da palavra poetizada pela mulher” na ocasião contou com a trilha sonora do musicista Mither Amorim.

2. A força de Missivas por Daniela Galdino transpõe o fazer cartesiano em arte. Missivas paira a mística transeunte das mulheridades. Daniela e Missivas ou talvez sejam as duas, pois em dado momento não é possível separar Daniela de Missivas, atuam com o público num diálogo silencioso que provoca nas mulheres envolvidas desejos de gritos. Quando da poesia falada as palavras circulam entre nós, ou como Daniela costuma proferir, gira. A composição musical é um acalanto para a agonia sufocada.
3. Dos processos de criação às poéticas que transbordam nas outras, a conversa com a performer, um alívio – de tudo o que emerge a partir de Missivas no campo da subjetividade de cada pessoa que dialoga com Daniela enquanto a mesma está em cena retumba em tempo-espaço da coletividade. Quando Daniela finda a performance e propõe uma roda de conversa é sentido um relaxamento nas pessoas, suponho eu, pela possibilidade de não sairmos dali com tantas questões entaladas. É possível na roda de conversa dialogar com inúmeras mulheres para além das que se encontram no momento da performance, com sensibilidade Daniela traz esses discursos com os quais nos reconhecemos. Alguns questionamentos são no sentido de sanar curiosidades sobre processos de criação, sobre como uma mulher é corajosa ao ponto de despertar tanto nas outras, mas muitas falas configuram-se no sentido de dizer a Daniela que nós estamos juntas nessa história que você conta e que também fala de nós.
4. Proposta reflexiva: Engajar-se e aventurar-se em canais que constroem laços através das linguagens artísticas é anarquizar a práxis, é construir a partir das con-fluências.

VIVÊNCIA 11 – AULA ABERTA: Corporalidades e Ancestralidades

Colaboradoras: Projeto Encantarte, Jaqueline Paula dos Santos e Egnaldo Ferreira França

1. Apresentação dialogada: As pessoas colaboradoras se apresentam e contam a história do grupo que tem sua sede em bairro periférico da cidade de Itabuna. Em seguida as demais pessoas se apresentam. As nuances das vidas das pessoas que se encontram ali tem similaridades que as aproximam.

2. Cidades sul baianas, suas periferias e negritudes – deslocamento das margens

- ✓ Marias Pinheiros, Teotônios Vilelas: As pessoas que são marginalizadas pelo neocoronelismo sul baiano fomentam em seus bairros ações que conformem novas configurações de vida, seja através de associações ou de grupos em arte. O foco é a mobilidade social das pessoas dissidentes.

- ✓ Futuros possíveis: se em outro tempo os moradores de bairros como o Maria Pinheiro não podiam atravessar as fronteiras que limitam a comunidade, atualmente, ainda com muita segregação e violência, os jovens destes mesmos locais começam a ocupar o mercado de trabalho, as universidades, os espaços do centro.

3. Dança dos orixás: corpo e ancestralidade

- ✓ Movimentos dos orixás – cotidiano ancestral independente da religiosidade

- ✓ Experimentação de processos coreográficos – a dança que traz a alegria e o axé

4. Refletindo processos: Esta foi a derradeira vivência deste ciclo e ocorreu um dia após a performance “Missivas”. Em um sábado ensolarado viajamos de Ilhéus para Itabuna, para o bairro Maria Pinheiro, algumas mulheres vindas do Teotônio Vilela. Junto às adolescentes do Projeto Encantarte, aprendemos umas com as outras sobre como mediar conflitos, sobre como lidar com nossas vulnerabilidades, sobre como as dificuldades que a sociedade hegemônica impõe para as pessoas pode ser amenizada quando nos propomos a prender juntas, potencializando os espaços que temos, borrando as fronteiras que nos limita e conquistando os centros.

6.1.2 Do produto educacional: As minas em debate

As vivências relatadas no tópico anterior findaram junto ao ano letivo das adolescentes e em seguida veio o período de festas de fim de ano. Nesse tempo demos uma pausa nos encontros. Foi necessário um breve período para que pudéssemos elaborar o que aprendemos nesses encontros com tantas energias, com tantas informações, com tantas re-descobertas de nós mesmas, com tantas aprendizagens e re-construções.

A escrita dos roteiros que também foi construída em conjunto demorou em acontecer. Eu não conseguia marcar encontros com as meninas e me questionava sobre o desejo delas em continuar. Sentia-me angustiada com essas incertezas concernentes a essa prática que me propus a construir. Questionava-me também sobre o meu desejo em continuar. Em conversas com o orientador ele mostrava com cuidado quais caminhos eu poderia seguir e só eu poderia escolher. O afeto é revolucionário e me impelia ao desejo de seguir.

Nos encontros com as adolescentes sempre me animava e por mais que eu dissesse para elas que o trabalho era nosso, vez ou outra eu as ouvia dizer que estavam me ajudando no meu trabalho. Sim, elas realmente me ajudaram. Eu que tinha uma ansiedade em torno do desejo delas. Na primeira reunião sobre quais temas abordaríamos nos episódios da websérie que ainda não tinha nome, elas relembraram as oficinas/bate-papos/experiências que tiveram, lembraram das pessoas que colaboraram e decidiram sobre o que queriam falar.

Foram muitas coisas escolhidas, muitos desejos de filmar outras pessoas e fazer gravações externas para contar a história da periferia do sul da Bahia e sua gente. Entusiasta do fazer, eu concordei. Rafael propôs que deixássemos algumas coisas para depois, afinal o processo do mestrado precisa acabar, a vida continua. Afunilamos algumas propostas e outras foi a falta de tempo para os encontros que deu conta de reduzir.

As meninas tinham suas demandas, incluindo o lazer, pois tive o cuidado de não sobrepor nossos encontros, ainda que fossem divertidos, as suas atividades de lazer, afinal esses eram os únicos momentos que algumas delas poderiam desfrutar da liberdade de não ter uma pessoa adulta lhes vigiando. Rafael e eu também tínhamos outras demandas individualmente. Nesse período divido minha atenção na criação, junto com outras mulheres, de um bloco feminista de carnaval e sem cordas. O primeiro da região sul baiana que pensa no protagonismo das mulheres tanto na cena da produção cultural como na cena musical, mas que foi feito para que todas as pessoas dissidentes pudessem se divertir neste evento da cultura sem serem violentadas. É o processo das oficinas reverberando em mim de forma rizomática, esta sou eu con-fluindo e anarcocriando com outras pessoas, essa sou eu cuidando para não adoecer no processo de escrita e com muito apoio e encaminhamentos de vida pelo meu orientador, Rafa.

E assim a estrutura se deu da seguinte maneira:

1. Escolha de temas abordados nos episódios da websérie “As minas em debate”.

    1.1 Violências de gênero;

    1.2 Nosso corpo: pluralidades estéticas;

    1.3 Fanzine: escrita democrática;

    1.4 Fotografia.

2. Desenvolvimento e escrita de roteiros para gravação da websérie (anexo II)

3. Gravação da websérie para criação de canal no youtube:

    3.1 Público alvo: todas as pessoas que possuem acesso a internet;

    3.2 Objetivo disseminar as discussões advindas no curso do projeto.

Os primeiros roteiros foram abertos com direcionamentos norteadores, mas sem falas descritas. Para as gravações tivemos o apoio técnico e mais próximo de Rafael. No dia da gravação do primeiro episódio as adolescentes apresentaram dificuldadeem seguir o roteiro tão aberto. Combinamos de construir um roteiro mais fechado, desta vez com falas. Na próxima tentativa de gravação elas estavam muito presas as falas e não deixavam espaço para que a espontaneidade fluísse, não se permitiam ao erro. Construímos um caminho para gravar de forma que todas as pessoas sentissem confortáveis. Combinamos uma nova data para gravação e desta vez gravaríamos todos os episódios, Rafa faria o almoço, descansaríamos entre uma gravação e outra, ensaiaríamos. E assim aconteceu. Neste ponto da escrita rememoro o primeiro capítulo e cito Bell hooks:

> Uma frase isolada de Freire se tornou um mantra pra mim: ‘Não podemos entrar na luta como objetos para nos tornarmos sujeitos mais tarde’. Realmente é difícil encontrar palavras adequadas para explicar como esta afirmação era uma porta fechada – e lutei comigo mesma para encontrar a chave – e essa luta me engajou num processo transformador do pensamento crítico. (hooks, 2013, p.67)

A pedagogia que esse trabalho se propôs compreende que a forma eficaz de construir conhecimento está pautada nas relações afetivas e o afeto é constructo para apreensão de formas singulares e coletivas de visão de mundo mais justo, digno e feliz para as pessoas. Lembro que quando estávamos todas nós; as meninas, Rafa, Lis minha companheira e eu; sentadas à mesa para almoçar no dia das gravações, uma delas disse: “Almoçando junto

porque a gente é família, né?" Não foi necessário responder. Os laços estabelecidos ali foram criados. Novas configurações de família também são passíveis de serem criadas, sobretudo quando se sabe do bem querer umas pelas outras.

6.2 NOSSOS 'BUCLES'[7]: AVALIANDO E ENCERRANDO CICLOS

A proposta de d|e|scolonizar esta pesquisa e desenharmos uma metodologia anarquista com vistas à criação de uma pedagogia situada nas pessoas criadoras e nos seus saberes foram estratégias políticas apoiadas numa nova consciência mestiça, que prioriza ações contra-hegemônicas vislumbrando a construção entre as paridades ao invés, tão somente, de operar na lógica que os opressores tanto dominam: da defesa em reação aos ataques. A nossa anarcocriação se deu de modo a efetivar a autonomia das pessoas enquanto sujeitas.

As novas mestiças confluíram entre si, perceberam-se em suas contradições, delinearam qual o lugar de seus opressores e não se negam reprodutoras de violências, entretanto, conscientes, se propõem a trans-formar suas realidades e as de quem chega. As fronteiras existem e cistemas de dominação são criados cotidianamente para que as primeiras não sejam desfeitas. Não nos daremos a este trabalho. Vamos balizar as fronteiras, vamos criar estratégias outras que viabilizem futuro, mas, sobretudo presente, dignos.

As dissidências foram criadas por quem detém o poder e nos relega o direito de vivermos com liberdade. Mas a nossa identidade é mestiça, reconhecemos as potências que emergem a partir do encontro das pluralidades étnicas e culturais. Confraternizarmos o trânsito dessas pluralidades não implica que esquecemos ou negligenciamos o fato dos nossos ancestrais terem sido mortos e nem o fato de que também temos ancestrais que mataram, contudo, no presente re-existiremos com afeto.

Nossos bucles são os laços que criamos umas com as outras todas que chegaram neste projeto e são também os ciclos da vida em modo espiral, como as curvas dos nossos cabelos. Tem início, tem fim, tem embaraços e entremeios que não permitem que o fim chegue, de um bucle passamos ao outro. Por seguir fluxos,

[7] Palavra de origem espanhola que tanto significa laços como algo com formato espiralado (tradução nossa), aqui denota a compreensão de processos cíclicos.

a anarcocriação compilada nesta dissertação, não é um modelo de ensino a ser reproduzido tal qual está. Esta escrita mostra que são possíveis metodologias descentradas.

Para além de fortalecer a rede de afeto que já havia entre as adolescentes e eu, colocarmos no mundo uma websérie, despertou nelas a consciência de que possuem ferramentas para elaboração de canais de comunicação entre pessoas, não só através das tecnologias, mas de modos mais sutis, como os olhares, a mudança de uma expressão. Os silenciamentos que são impostos as mulheres em situação de acolhimento são muitos, o Estado alude sobre privações que em determinado momento verbalizar não é mais uma opção para elas, assim como confiar em outras pessoas. Com essas vivências as adolescentes aprenderam que existem pessoas aliadas em muitos lugares, eu aprendi que existem pessoas aliadas em muitos lugares. Ao finalizarmos as gravações algumas disseram que vão criar seus próprios canais de comunicação em plataformas digitais e produzir conteúdos seus.

O porvir é incerto e os desejos também confluem nos fluxos. Após esses encontros todos, pessoas e escritas, eu entendi que não é possível acabar com uma estrutura de opressão sem que as outras acabem, aprendi que para que haja sociedades livres preciso caminhar olhando e colaborando com quem comigo coopera. Lembro das escritas dos roteiros e das escolhas dos temas que queríamos abordar e o tanto de coisa que ainda queremos dizer ao mundo. Talvez esse seja o próximo passo e sei que a academia pode contribuir, mas tenho certeza do tanto que as meninas têm a me ensinar e ensinar a academia. É necessário que eu continue a estudar sobre gênero, raça-etnia, sexualidades, classe, dissidências, artes, educação, pois foi por este caminho que mais me aproximei do que talvez seja liberdade. Sei que quando abre uma porta para a consciência por mais que feche novamente é impossível esquecer o que viu ao abri-la.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. **Entrevista com Linda Alcoff.** 2018. Disponível em: http://anpof.org/portal/index.php/en/2014-01-07-15-22-21/entrevistas/1936-entrevista-linda-alcoff Acesso em 10/07/2019

ANZALDÚA, Glória Evangelina. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, Florianópolis, 2000.

ANZALDÚA, Glória Evangelina..Borderlands/La frontera: La nueva mestiza. Revista **Estudos Feministas**, v.13, n 3, p. 704-719, Florianópolis, 2005.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v.2, n.11, p.89-117, Brasília, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

COLLING, Leandro. **O que temem os fundamentalistas**. 2017. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/fundamentalistas-anti-lgbt/. Acesso em: 10/07/2019

DAVIS ,Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo. 2016

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.

EVARISTO, Conceição. ***Ponciá Vicêncio*.** Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GROSFÓGUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, 2016. v. 31, n. 1, p. 26-49.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo.** Tradução de Suely Rolnik. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, Rafael. Pedagogia micropolítica decolonial na Universidade: reflexões sobre modos de re-sentir. **Revista Espaço Acadêmico**. 2018, n. 207, p. 29-36.

KUMAR, Rashmee. Como a política identitária dividiu a esquerda: uma entrevista com Asad Haider. 2017. Disponível em https://theintercept.com/2018/06/01/politica-identitaria-asad-haider/. Acesso em 27/03/2019

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 6a. Ed. Rio de Janeiro:

DP&A, 2001.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu.** v.5 p. 7-41 Campinas 1995.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LACAN, J. (1957-58). **O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LÉON, Adriano. **Os labirintos do desejo: desenhando a metodologia anarcoqueer.** Revista Política e Trabalho, Pernambuco,n. 36, Abril de 2012, p 19-35.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Artes & Ensaios, v. 32, 2016, p. 123-151.

PASSETTI, Edson; AUGUSTO, Acácio. **Anarquismos & educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PASSOS, E.;KASTRUPE, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa- intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 19 (1), Janeiro- abril/2011, p. 11-20.

RODOVALHO, Amara Moira. O Cis pelo Trans. **Revista de Estudos Feministas**, v. 25, n.1, Florianópolis, Jan./Abr. 2017. P. 365-373

ROLNIK, Suely. (2016) **A hora da micropolítica.** São Paulo: N-1 Edições.

SCEGO, I. **Adua.** São Paulo: Nós, 2018.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, **e-cadernos CES** [Online], 18 | 2012, p. 106-131

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Uma declaração Negra Feminista A Coletiva do Rio Combahee Abril de 1977. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/combahee%20river%20zine%20(2).pdf Acesso em 27/03/2019.

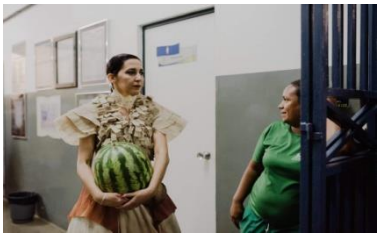
Vergueiro; V. (2016) **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Salvador: UFBA

ANEXO I – PESSOAS ARTISTAS E INTELECTUAIS COLABORADORAS

Ana Lee, 34 anos, é baiana e formada em Comunicação Social pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Na universidade se encontrou com a câmera, mas só depois de muito tempo entendeu que sua fotografia é sobre gente e suas histórias. Desde 2008 trabalha em coberturas de festivais e projetos de arte e cultura, além de se dedicar a fotografia de família. Fez-se fotógrafa para brincar com o tempo e a memória.

Cleber Braga é doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia, com período sanduíche no Programa de Estudos Latinoamericanos da Universidade Nacional Autônoma do México. Mestre em Teatro pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Bacharel em Artes Cênicas pela Faculdade de Artes do Paraná. Atualmente é professor do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Amapá, atuando também junto ao curso de Especialização em Estudos Teatrais Contemporâneos da mesma instituição. Também é professor permanente do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia - PPGER/UFSB. Diretor teatral, produtor cultural, ator, dramaturgo e sonoplasta, fundador do coletivo artístico Elenco de Ouro, da cidade de Curitiba. Apresentou espetáculos, ministrou oficinas e desenvolveu projetos de teatro comunitário em diversos estados e em países como França, Espanha, Portugal, Chile, Croácia, México... Área de atuação em estudos e pesquisa: intervenção urbana artística, artes do espetáculo, estudos da subjetividade, estudos culturais, diásporas contemporâneas, decolonialidade, fronteira, cuir.

Coletivo Rachas, investidas do desejo de criação desde o nosso lugar enquanto mulheres artistas sul baianas, em junho de 2018 surge Rachas, um coletivo que tem como proposta trazer através de ações micropolíticas e intervenções feministas na arte provocações acerca da cisheteronomatividade enquanto padrão que expropria corpas dissidentes, subjetividades e suas (r)existências considerando interseccionalmente classe, gênero, raça, sexualidades e demais opressões que se embaraçam. Composto atualmente por 5 mulheres: Letícia Santana, Lis Campos, Mari Gois, Valéria Martins e Taynah Melo.



Daniela Galdino - poeta e performer

Foto: Ana Lee

Trilha Sonora: Mither Amorim

Egnaldo Ferreira França é Mestrando em Educação e Relações Étnico Raciais - UFSB, Historiador, Especialista em Gestão Cultural, fundador e atual Produtor Cultural do Projeto Encantarte e da Banda Percussiva Negras Perfumadas, integrante do Conselho Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Conselho Municipal de Políticas Culturais de Itabuna, Musico-Percussionista, Coreógrafo, Diretor Teatral.

Flávia Alessandra de Souza é doutora em Sociologia e

professora lotada no DFCH UESC.

Isabella dos Santos Silva - Coordenadora Técnica do Cursinho Pré-Enem TRANS+ na UFSB. Professora de História no Colégio e Curso Galileu/Itabuna-Ba.

Mestranda em Ensino, Relações Étnico-Raciais, Interculturalidades, Gênero e Sexualidade pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Faz parte como mestranda/pesquisadora do Grupo de Pesquisa GRIETA, sob a orientação de do professor doutor Rafael Siqueira de Guimarães. Pesquisa desenvolvida sobre o tema: Relações étnico-raciais, diversidade de gênero e sexualidade (LGBTI): uma educação comprometida com as orientações e aplicações da Lei 11.645/2008 e Decreto 8.727/2016. Educadora Social Voluntária, bem como, representante oficial Voluntária da ONG Grupo Humanus LGBTI Itabuna-ba. É Palestrante, membro de discussões em Mesas Redondas, ministrante de Oficinas, organizadora de Eventos Educacionais e convidada para Entrevistas sobre assuntos relacionados à Identidade de Gênero, Orientação Sexual e Políticas Públicas. Formada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz-BA (UESC).

Jaqueline Paula Dos Santos é coordenadora geral do projeto encantarte, arte-educadora, educadora social, professora de danças afro brasileiras, líder, idealizadora, fundadora e vocalista da banda percussiva negras perfumadas.

Karen Oliveira Cruz - Jornalista, poeta, produtora cultural e MC. Membro do coletivo xota 073.

Laís Eduarda/ ÎãGwarini Tupinambá – indígena do povo Tupinambá, graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da UFSB, vice-coordenadora do Campus Jorge Amado do Núcleo Central dos Estudantes Indígenas da UFSB (NCEI), militante indígena, mulher bissexual.

Projeto Encantarte - Organização social sem fins lucrativos, criada no ano 2000 com o objetivo de combater o racismo e toda forma de discriminação racial, em especial aos jovens negros/as da periferia. Atua no Bairro Maria Piheiro, em Itabuna-BA. Atualmente sob a Coordenação de Jaqueline Paula dos Santos e desenvolve as seguintes ações:
Oficinas de dancas afro brasileiras; percussão afro; teatro
Projetos desenvolvidos:
- Pré universitário para afrodescendentes - preafro
- Banda percussiva negras perfumadas
- Bloco afro encantarte
- Quadrilha junina mel de cacau
- Projetos de intervenção pedagógica na escola margarida pereira
- Mobilizações sociais com movimento negro e outros movimentos sociais
- Compõe os conselhos de promoção da igaldade racial e de políticas culturais de Itabuna
Produtos desenvolvidos:
- Espetáculos de DançaAfro Contemporânea
- Espetáculos Teatrais
- Shows Musicais
- Performances Poéticas Negras
- Participação em Eventos Sociais.

Rafael Siqueira de Guimarães (Rafa SG): Artista, professor, psicólogo, produtor cultural & ativista. Doutor em Sociologia (UNESP),

docente do PPGER/UFSB, PPGE/UFBA e líder do Grupo de pesquisa GRIETA. Crédito da foto: Clóvis Lunardi.

Stela Maria Gomes Menezes é colagista e educadora. Atua na produçao e realizaçao de ações cineclubistas e educação socioambiental.

Ticiana Belmonte é baterista, percussionista, professora da rede pública de educação do estado da Bahia. Diretora musical da Banda Quente, baterista de Branda Gonçalves, Laís Marques, Luana Carla e Gabriela Maja. Baterista da Banda Êh Crioula. Percussionista da Banda Madame Zaila. Baterista da Banda Laís e Os Marques.

ANEXO II – ROTEIROS DOS EPISÓDIOS DA WEBSÉRIE “AS MINAS EM DEBATE”

CANAL: AS MINAS EM DEBATE
1° EPISÓDIO: CYBERBULLYING – VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA INTERNET

ROTEIRO

Todas: Olá galerinha do youtube!

Maria Clara: Hoje é o nosso primeiro vídeo do canal...

Todas: As minas em debate.

Shara: O nosso tema é cyberbullying – violência de gênero na internet.

Tailane: Meu nome é Tailane, tenho 16 anos e estou aqui com:

------ Cada uma se apresenta ------

Carol: Meu nome é Carol.

Maria Clara: Meu nome é Maria

Shara: Meu nome é Shara

Kaliane: Meu nome é Kaliane e eu tenho 15 anos.

Tailane: E vamos conversar sobre um tema que vemos no nosso dia a dia na internet e que afeta muitas mulheres. Maria Clara, explica para a gente o que é o cyberbullying?

Maria Clara: É um bullying que a gente sofre na internet, nas redes sociais como o facebook, instragram, whatsapp.

Tailane: Bullying a gente sofre também na escola, em casa, muitas pessoas tem preconceito com nossa cor, com a nossa roupa, com a religião. Carol, fala pra gente o que você acha que é bullying?

Carol: Bullying é um tipo de violência que pode ser verbal (exemplos: xingar, mangar), pode ser física (exemplos: bater, puxar, cabelo, botar o pé pra pessoa cair), e tem outros tipos de violência também.

------ Colocar animação sobre os tipos de bullying ------

Tailane: Na internet as mulhers sofrem o cyberbullying por serem gordas, magras demais, por usarem seus cabelos Black, pelas roupas que usam nas fotos,

etc... Shara, como você identifica esse tipo de violência na internet?

Shara: Através de comentários. A mulher posta foto e certos tipos de comentários ofendem porque são ataques a elas. Mas não é só sobre a aparência física. É também sobre a capacidade intelectual de nós mulheres, os ataques ocorrem quando postamos textos, posicionamentos e opiniões.

Tailane: Foram feitas pesquisas e descobriram algo muito interessante. O instagram supera o facebbok em casos de bullying e assédio virtual (Colocar print da notícia). E as vítimas que mais sofrem são as mulheres. Trouxemos aqui dois prints que mostram essa realidade. Podemos ler e comentar esses prints, meninas?

------ Meninas respondem que sim ------

------Tailane lê o primeiro print ------

Kaliane: É errado xingar as pessoas na internet. Não tinham motivos, xingaram porque não respeitam o jeito dela.

Shara: Realmente é errado, pois é a vida pessoal de cada uma. As pessoas julgam pela aparência, sem conhecer seu caráter.

------Tailane lê e expica o print da médica ------

Carol: Sempre colocam apelidos m pessoas que possuem cabelos crespos e cacheados.

Maria: São apelidos violentos.

Kaliane: Cabelo de Bombril, cabelo cheio de piolho, cabelo duro...

Tailane: Os efeitos dessas agressões são diversos. Nos casos mais graves as vítimas cometem suicídio, mas existem outras conseqüências também, não é?

Kaliane:A vítima também pode se tornar agressiva e bater, xingar e empurrar as pessoas.

Shara: As vítimas não só se tornam agressivas como reproduzem a agressividade no meio familiar, as pessoas que tentam ajudar elas agridem também e passam a agredir todas as pessoas a sua volta, como uma forma de defesa.

Carol: Tem pessoas que ficam com depressão. Eu me sinto muito chateada

quando alguém quando alguém me xinga.

Maria: As vítimas cometem atos errados pois querem machucar outras pessoas, as vezes essa é a forma que encontram para lidar com o sofrimento.

Shara: É preciso ter cuidado. O que foi dito aqui não é para que você que está assistindo queira fazer igual. Mas sim para que tenha respeito e consciência do que faz e fala com as outras pessoas que são diferentes de você.

Tailane: Então é isso pessoal. A internet também é um espaço que as mulheres devem ser respeitadas. Não queremos ser julgadas pelos nossos cabelos, pela Cr de nossas peles e nem pelo nosso jeito de ser.

Maria:Não julgue ninguém antes de conhecer.

Shara: Deixe seu joinha no vídeo se você gostou e se inscreva no nosso canal...

Todas: As minas em debate.

Shara: No próximo vídeo falaremos sobre a diversidade dos nossos corpos.

------ Cada uma se despede ------

CANAL: AS MINAS EM DEBATE

2° EPISÓDIO: NOSSOS CORPOS

ROTEIRO

Todas: Olá galerinha do youtube!Nós somos As minas em debate.

-----Cada uma se apresenta-----

Shara: Nesse vídeo nós vamos falar sobre os nossos corpos e como eles são diferentes. Decidimos fazer uma brincadeira bem divertida chamada “EU SEMPRE”.

Tailane: A brincadeira é assim: Shara vai ler algumas frases e quem não concordar vai beber um copo com água.

Shara: Isso mesmo, dái a gente aproveita e debate, né?!

-----Shara lê-----

1. **“Eu sempre vou ter o corpo feio”**

   Tailane: Meu corpo passou por várias mudanças e hoje eu sinto que tá parado no tempo. O povo fala que eu tenho que emagrecer.

   Carol: Não concordo, pois eu sempre me acho bonita.

   -----Shara lê-----

2. **“Eu sempre me sinto bem com meu corpo”**

   Maria: Eu sempre me sinto bem com meu corpo e por mais que a sociedade cobre que eu esteja assim ou assado não me importo pois eu sei como sou e pra mim o que importa é como me vejo.

   Kaiala: Na escola todas as meninas querem ser magrinhas, pois os meninos gostam desse padrão de corpo.

   -----Shara lê-----

3. **“Eu sempre me sinto bem com meu cabelo”**

   Maria: Tem vezes que eu acordo e meu cabelo tá bonito e tem dias que ele ta lá em cima e eu fico com preguiça de pentear.

   Tailane: Nem sempre ele acorda como eu quero. Às vezes acorda bonito e às vezes acorda feio.

   -----Shara lê-----

4. **“Eu sempre me amo”**

   Kaiala: Ah! Eu não concordo. Primeiro eu amo as pessoas depois eu me amo.

   Tailane: Primeiro eu me amo, segundo eu me amo, terceiro eu me amo, quarto eu me amo, quinto eu me amo, aí no sexto eu amo outras pessoas. Kkkkk

   -----Shara lê-----

5. **“Eu sempre como feijão e arroz”**

   Carol: Eu como salada porque é uma delícia.

   Kaiala: Eu gosto de comida seca, jabá com graxa e farinha.

Tailane: Minha comida é hambúrguer.

Carol: Sempre colocam apelidos m pessoas que possuem cabelos crespos e cacheados.

Maria: O feijão pra mim é bom porque tem ferro.

-----Shara lê-----

6. **“Eu sempre me sinto bem com as roupas que eu uso”**

Maria: Sempre gostei de vestir roupa curta. Algumaspessoas me criticam, mas eu não ligo.

Carol: Gosto de saia longa.

Kaiala: Algumas vezes me sinto bem outras não.

Shara: Se despedir dos internautas e dizer que a intenção da brincadeira é mostrar que somos diferentes e que tudo bem sermos diferentes.

Maria: Cada um tem seu gosto diferente e isso deve ser respeitado

Kaiala: Temos características em comum, mas cada uma tem um jeito diferente.

Tailane: Aceite seu corpo do jeito que é e não permita que te critiquem

CANAL: AS MINAS EM DEBATE

3° EPISÓDIO: FANZINE - FAÇA VOCÊ MESMA

ROTEIRO

Todas: Olá galerinha do youtube! Tube com vocês? Está começando ais um vídeo do nosso canal...

Todas: As minas em debate.

Carol: E hoje vamos ensinar como fazer um fanzine.

-----Todas se apresentam-----

Kaiala: Eu sou Kaiala e nesse vídeo vou te ensinar a fazer um fazine.

Maria Clara: Vocês sabem o que é um fanzine? Kaiala explica pra galera o que é um fanzine.

Kaiala: Fanzine é uma revista ou um livro que você pode colocar nele o conteúdo que quiser utilizando os recursos mínimos. Ele é livre.

Shara: Para fazer o fanzine vocês vão precisar de papel A4, lápis de cor, hidrocor, cola, revista, tesoura e sua criatividade.

Kaiala: Então mãos a obra... e ensina os passos

Tailane:É legal escolher um tema para seu fanzine, fazer uma capa, você pode fazer colagem, decorar como quiser. O fanzine é democrático pois te deixa bem livre.

Kaiala:O fanzine é democrático também porque te permite falar sobre o que quiser. Shara como você conheceu o fanzine?

Shara: Explica que foi na oficina de Karen Oliveira e conta um pouco da experiência.

-----Sugestão de Kaiala: colocar as redes sociais de Karen na edição do vídeo-----

Kaiala: Então meninas, fizeram seus fanzines? Mostra pra galera de casa o que vocês fizeram.

----- Cada uma mostra o seu fanzine e explica-----

Kaiala:É isso galera. Vocês em casa também podem fazer seus fanzines e contar para o mundo o que quiserem de forma criativa e divertida.

------ Cada uma se despede ------

CANAL: AS MINAS EM DEBATE

4° EPISÓDIO: FOTOGRAFIA E A BELEZA QUE A GENTE NÃO VÊ

ROTEIRO

Todas: Olá galerinha do youtube! Nós somos As minas em debate.

------ Cada uma se apresenta ------

Maria Clara: O que tem aqui que a gente não vê? O que tem aí na sua casa que você passa todo dia e nem percebe que tá ai? E na rua?

Shara: Estamos aqui para pensarmos em algo importante e que gostamos muito, né Tai?

Tailane: Siiiim. Em Fotografia e ns belezas cotidianas e que geralmente não prestamos atenção.

Maria Clara: Nós tiramos algumas fotos de lugares belos da nossa cidade, mas que na correria do dia a dia a gente nem repara e queremos mostrar para vocês aí de casa.

Kaiala: Nós somos de Ilhéus, região do litoral sul da Bahia. Um lugar bonito e que tem muita diversidade.

Maria Clara: Os registros mostram coisas pequenas e que muitas vezes a gente nem acha interessante, mas fazem parte de nossa história e da história da nossa comunidade.

-----Cada uma vai escolher duas fotos e passará na edição as fotos escolhidas, daí cada uma explica onde foi a foto e o que é bonito naquela imagem, e o por quê tirou a foto-----

Kaiala: É isso minha gente. Uma dica é tirar foto como vocês quiserem. É legal tirar selfie, foto com a galera.

Maria Clara: Mas também é legal tiara foto que conte uma história do que é belo pra você.

Shara:A gente vai ficando por aqui. E lembrem de tirar fotos, mas também de viver cada momento.

-----Todas se despedem-----

ANEXO I – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS VIVÊNCIAS

Foto 01- Experiência fotográfica: Beleza do comum

Foto 02 - Roda de conversa: Percursos para construção da identidade negra a partir da estética

Foto 03 - Criação em Dança: Corpas, criação e movimento

Foto 04 - Moquecagem beira-rio

Foto 05 – Percussão

Foro 06- Experiência cênica

Foto 07 - Oficina de Fanzine: escritas periféricas de mulheres

Foto 08 - Roda de conversa: O direito das mulheres sobre seus corpos na sociedade

Foto 09 - Roda de conversa: (Des)mistificando a história dos povos Tupinambás de Olivença

Foto 10 – Performance Missivas por Daniela Galdino

Foto 11 - AULA ABERTA: Corporalidades e Ancestralidades

Foto 12 – Carta convite feita pelo Encantarte